

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	16
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	90
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.742.380
Preferenciais	0
Total	1.742.380
Em Tesouraria	
Ordinárias	17.560
Preferenciais	0
Total	17.560

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	265.573	128.479
1.01	Ativo Circulante	16.099	1.816
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.170	123
1.01.02	Aplicações Financeiras	10.054	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	10.054	0
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	10.054	0
1.01.03	Contas a Receber	3.161	1.617
1.01.03.01	Clientes	3.006	1.405
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	155	212
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	714	76
1.01.08.03	Outros	714	76
1.02	Ativo Não Circulante	249.474	126.663
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.241	1.448
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	133	133
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	133	133
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.108	1.315
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	25	18
1.02.01.09.04	Impostos e contribuições a recuperar	1.067	1.281
1.02.01.09.06	Outros	16	16
1.02.02	Investimentos	244.965	122.304
1.02.02.01	Participações Societárias	244.965	122.304
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	244.965	122.304
1.02.03	Imobilizado	1.878	1.589
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.878	1.589
1.02.04	Intangível	1.390	1.322
1.02.04.01	Intangíveis	1.390	1.322

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	265.573	128.479
2.01	Passivo Circulante	20.947	15.701
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.526	2.206
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.526	2.206
2.01.02	Fornecedores	1.441	474
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.441	474
2.01.03	Obrigações Fiscais	283	600
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	283	600
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	283	600
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.105	1.942
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.105	1.942
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.105	1.942
2.01.05	Outras Obrigações	15.592	10.479
2.01.05.02	Outros	15.592	10.479
2.01.05.02.04	Títulos a pagar	14.852	9.746
2.01.05.02.05	Outros	740	733
2.02	Passivo Não Circulante	168.975	94.418
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	27.199	3.519
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	27.199	3.519
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	27.199	3.519
2.02.02	Outras Obrigações	100.886	47.471
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	46.243	44.768
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	46.243	44.768
2.02.02.02	Outros	54.643	2.703
2.02.02.02.03	Títulos a pagar	54.643	2.703
2.02.04	Provisões	40.890	43.428
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.662	2.692
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.008	1.151
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.654	1.541
2.02.04.02	Outras Provisões	38.228	40.736
2.02.04.02.04	Provisões para perdas em investimento	38.228	40.736
2.03	Patrimônio Líquido	75.651	18.360
2.03.01	Capital Social Realizado	117.881	89.789
2.03.02	Reservas de Capital	-3.822	-3.822
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-3.822	-3.822
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	21.891	-7.308
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-60.299	-60.299

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	521	3.353
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-503	-2.860
3.03	Resultado Bruto	18	493
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	30.884	13.303
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-713	-354
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7	-151
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	31.604	13.808
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	30.902	13.796
3.06	Resultado Financeiro	-1.700	-2.444
3.06.01	Receitas Financeiras	41	63
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.741	-2.507
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	29.202	11.352
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	29.202	11.352
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	29.202	11.352
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,49	0,27
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,49	0,27

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	29.202	11.352
4.03	Resultado Abrangente do Período	29.202	11.352

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.782	-897
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-644	-1.408
6.01.01.01	Lucro líquido do período	29.202	11.355
6.01.01.02	Depreciação e amortização	183	134
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	-31.604	-13.806
6.01.01.04	Perda com mútuos	352	0
6.01.01.05	Despesa de juros de empréstimos e financiamentos	891	652
6.01.01.06	Constituição (reversão) e atualização de provisões para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	-23	126
6.01.01.07	Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária de títulos	355	131
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.032	773
6.01.02.01	Aumentos de contas a receber	-1.601	-1.616
6.01.02.02	(Aumento) redução de adiantamentos diversos	57	-72
6.01.02.03	(Aumento) redução de depósitos judiciais	-7	-4
6.01.02.04	(Aumento) redução de impostos e contribuições a recuperar	214	129
6.01.02.05	(Aumento) redução de outros ativos	60	26
6.01.02.06	Aumento de fornecedores	238	1.957
6.01.02.07	Aumento (redução) de salários e encargos	320	427
6.01.02.08	Redução de obrigações tributárias	-317	-74
6.01.02.11	Redução de outros passivos	4	0
6.01.03	Outros	-106	-262
6.01.03.01	Juros pagos	-99	-253
6.01.03.02	Pagamento de provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	-7	-9
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-20.427	17.640
6.02.01	Mútuos com partes relacionadas (Concessões)	-352	21.691
6.02.02	Mútuos com partes relacionadas (Recebimentos)	0	-3.883
6.02.03	Aumento de capital em controlada	-2.640	0
6.02.04	Aquisição de investimento	-10.491	0
6.02.06	Aquisição de aplicações financeiras	-10.054	0
6.02.07	Recebimento de dividendos de controladas	3.650	0
6.02.08	Compra de ativo imobilizado	-359	-127
6.02.09	Compra de ativo intangível	-181	-41
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	24.256	-15.739
6.03.01	Mútuos com partes relacionadas (Captações)	2.120	0
6.03.02	Mútuos com partes relacionadas (Amortizações)	-645	0
6.03.03	Empréstimos e financiamentos (Captações)	28.341	5.385
6.03.04	Empréstimos e financiamentos (Amortizações)	-5.560	-21.124
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.047	1.004
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	123	11
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.170	1.015

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	89.789	-64.121	0	-7.311	0	18.357
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	89.789	-64.121	0	-7.311	0	18.357
5.04	Transações de Capital com os Sócios	28.092	0	0	0	0	28.092
5.04.01	Aumentos de Capital	28.092	0	0	0	0	28.092
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	29.202	0	29.202
5.06.04	Lucro do período	0	0	0	29.202	0	29.202
5.07	Saldos Finais	117.881	-64.121	0	21.891	0	75.651

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	10.516	-1.470	0	-42.080	0	-33.034
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	10.516	-1.470	0	-42.080	0	-33.034
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	11.352	0	11.352
5.06.04	Lucro do período	0	0	0	11.352	0	11.352
5.07	Saldos Finais	10.516	-1.470	0	-30.728	0	-21.682

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	566	3.910
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	565	3.910
7.01.02	Outras Receitas	1	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-513	-1.106
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-1	-3
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-512	-1.103
7.03	Valor Adicionado Bruto	53	2.804
7.04	Retenções	-183	-128
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-183	-128
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-130	2.676
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	31.645	13.872
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	31.604	13.809
7.06.02	Receitas Financeiras	41	63
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	31.515	16.548
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	31.515	16.548
7.08.01	Pessoal	435	1.416
7.08.01.01	Remuneração Direta	386	1.023
7.08.01.02	Benefícios	26	238
7.08.01.03	F.G.T.S.	23	155
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	137	1.093
7.08.02.01	Federais	120	894
7.08.02.02	Estaduais	2	1
7.08.02.03	Municipais	15	198
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.741	2.687
7.08.03.01	Juros	1.741	2.507
7.08.03.02	Aluguéis	0	180
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	29.202	11.352

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	469.564	261.641
1.01	Ativo Circulante	145.950	59.431
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	22.392	5.470
1.01.02	Aplicações Financeiras	50.860	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	50.860	0
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	50.860	0
1.01.03	Contas a Receber	65.214	52.349
1.01.03.01	Clientes	63.338	45.850
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.876	6.499
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.484	1.612
1.01.08.03	Outros	7.484	1.612
1.01.08.03.01	Impostos a recuperar	4.173	0
1.01.08.03.02	Outros	3.311	1.612
1.02	Ativo Não Circulante	323.614	202.210
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	28.820	30.190
1.02.01.03	Contas a Receber	1.530	1.926
1.02.01.03.01	Clientes	1.218	1.926
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	312	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	133	133
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	133	133
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	27.157	28.131
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	9.200	10.834
1.02.01.09.04	Impostos e contribuições a recuperar	4.842	4.749
1.02.01.09.05	Adiantamento para futuro aumento de capital	152	0
1.02.01.09.06	Imóveis para venda	11.685	11.685
1.02.01.09.07	Outros	1.278	863
1.02.02	Investimentos	102	102
1.02.02.01	Participações Societárias	102	102
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	102	102
1.02.03	Imobilizado	123.025	111.722
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	123.025	111.722
1.02.04	Intangível	171.667	60.196
1.02.04.01	Intangíveis	171.667	60.196

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	469.564	261.641
2.01	Passivo Circulante	88.212	70.577
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	18.699	19.016
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	18.699	19.016
2.01.02	Fornecedores	13.123	8.596
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	13.123	8.596
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.953	4.018
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.953	4.018
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	3.953	4.018
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	11.458	12.227
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	11.458	12.227
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	11.458	12.227
2.01.05	Outras Obrigações	40.979	26.720
2.01.05.02	Outros	40.979	26.720
2.01.05.02.04	Adiantamento de clientes	17.014	9.987
2.01.05.02.05	Parcelamento de impostos e contribuições	3.414	3.076
2.01.05.02.06	Títulos a pagar	19.129	12.407
2.01.05.02.07	Outros	1.422	1.250
2.02	Passivo Não Circulante	309.517	172.704
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	118.183	47.353
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	118.183	47.353
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	118.183	47.353
2.02.02	Outras Obrigações	139.083	75.089
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.954	2.794
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	2.954	2.794
2.02.02.02	Outros	136.129	72.295
2.02.02.02.03	Títulos a pagar	68.536	14.925
2.02.02.02.04	Parcelamento de impostos e contribuições	37.967	38.702
2.02.02.02.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.880	18.201
2.02.02.02.06	Outros	746	467
2.02.04	Provisões	52.251	50.262
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	52.251	50.262
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	7.661	7.429
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	38.855	36.775
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	5.735	6.058
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	71.835	18.360
2.03.01	Capital Social Realizado	117.881	89.789
2.03.02	Reservas de Capital	-3.822	-3.822
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-3.822	-3.822
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	21.891	-7.308
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-60.299	-60.299
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-3.816	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	104.340	78.496
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-44.390	-37.631
3.03	Resultado Bruto	59.950	40.865
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-25.360	-20.183
3.04.01	Despesas com Vendas	-4.078	-5.111
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-17.089	-10.315
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-4.193	-4.757
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	34.590	20.682
3.06	Resultado Financeiro	-5.431	-5.982
3.06.01	Receitas Financeiras	1.356	1.357
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.787	-7.339
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	29.159	14.700
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	43	26
3.08.02	Diferido	43	26
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	29.202	14.726
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	29.202	14.726
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	29.202	11.352
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	3.374
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,49	0,35
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,49	0,35

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	29.202	14.726
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	29.202	14.726
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	29.202	11.352
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	3.374

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	22.701	17.722
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	44.650	31.131
6.01.01.01	Lucro líquido do período	29.202	14.727
6.01.01.02	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	3.374	4.132
6.01.01.03	(Reversão) atualização de depósitos judiciais	535	-155
6.01.01.04	Depreciação e amortização	2.547	1.973
6.01.01.05	Perda na alienação de imobilizado	65	1
6.01.01.06	Predas com mútuos	361	0
6.01.01.07	Despesa de juros com empréstimos e financiamentos	2.688	4.777
6.01.01.08	Constituição (reversão) e atualização de provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	4.687	5.056
6.01.01.09	Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária de títulos	1.234	646
6.01.01.10	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-43	-26
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-17.452	-8.040
6.01.02.01	Aumento de contas a receber	-16.397	-3.914
6.01.02.02	(Aumento) redução de adiantamentos diversos	5.281	3.972
6.01.02.03	(Aumento) redução de depósitos judiciais	1.099	-440
6.01.02.04	(Aumento) redução de impostos e contribuições a recuperar	341	-139
6.01.02.05	(Aumento) redução de outros ativos	-722	-134
6.01.02.06	Aumento de fornecedores	2.332	1.512
6.01.02.07	Aumento (redução) de salários e encargos sociais	-2.272	-2.458
6.01.02.08	Redução de obrigações tributárias	-801	-347
6.01.02.09	Redução de adiantamento de clientes	-5.289	-4.996
6.01.02.10	Redução de parcelamentos de impostos e contribuições	-1.001	-1.050
6.01.02.11	Redução de outros passivos	-23	-46
6.01.03	Outros	-4.497	-5.369
6.01.03.01	Juros pagos	-1.785	-3.430
6.01.03.02	Paragmento de provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	-2.712	-1.939
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-54.748	-598
6.02.01	Mútuos (Concessões)	-192	5.213
6.02.02	Mútuos (Recebimentos)	0	-328
6.02.03	Aumento de capital em controlada	-161	0
6.02.04	Aquisição de investimento	-4	0
6.02.05	Aquisição de controladas liquidas de caixas adquiridos	-7.805	0
6.02.06	Aquisição de aplicações financeiras	-36.819	0
6.02.08	Compra de ativo imobilizado	-7.410	-5.320
6.02.09	Compra de ativo intangível	-2.357	-163
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	63.010	-14.877
6.03.03	Empréstimos e financiamentos (Captações)	74.409	21.766
6.03.04	Empréstimos e financiamentos (Amortizações)	-11.399	-36.643
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	30.963	2.247
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.470	816
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	36.433	3.063

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	89.789	-64.121	0	-7.311	0	18.357	0	18.357
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	89.789	-64.121	0	-7.311	0	18.357	0	18.357
5.04	Transações de Capital com os Sócios	28.092	0	0	0	0	28.092	0	28.092
5.04.01	Aumentos de Capital	28.092	0	0	0	0	28.092	0	28.092
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	29.202	0	29.202	-3.816	25.386
5.06.04	Lucro do período	0	0	0	29.202	0	29.202	0	29.202
5.06.05	Aquisição de investimento	0	0	0	0	0	0	-3.816	-3.816
5.07	Saldos Finais	117.881	-64.121	0	21.891	0	75.651	-3.816	71.835

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	10.516	-1.470	0	-42.080	0	-33.034	-6.686	-39.720
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	10.516	-1.470	0	-42.080	0	-33.034	-6.686	-39.720
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	11.352	0	11.352	3.374	14.726
5.06.04	Lucro do período	0	0	0	11.352	0	11.352	3.374	14.726
5.07	Saldos Finais	10.516	-1.470	0	-30.728	0	-21.682	-3.312	-24.994

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2013 à 31/03/2013	Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	129.351	94.939
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	130.693	97.852
7.01.02	Outras Receitas	1.937	1.219
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-3.279	-4.132
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-43.218	-33.876
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-695	-453
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-42.523	-33.423
7.03	Valor Adicionado Bruto	86.133	61.063
7.04	Retenções	-2.547	-1.973
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.547	-1.973
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	83.586	59.090
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.892	1.357
7.06.02	Receitas Financeiras	1.892	1.357
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	85.478	60.447
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	85.478	60.447
7.08.01	Pessoal	33.750	26.047
7.08.01.01	Remuneração Direta	29.679	22.581
7.08.01.02	Benefícios	1.919	1.624
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.152	1.842
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	9.098	6.810
7.08.02.01	Federais	6.609	4.884
7.08.02.02	Estaduais	2	4
7.08.02.03	Municipais	2.487	1.922
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	13.428	12.864
7.08.03.01	Juros	7.323	7.339
7.08.03.02	Aluguéis	6.105	5.525
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	29.202	14.726
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	29.202	11.352
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	0	3.374

Comentário do Desempenho

Carta da Administração

Prezados Acionistas,

Neste primeiro trimestre de 2013 demos um importante passo para mais um ano de fortes resultados. Inauguramos o trimestre com 48,9 mil alunos matriculados em nossos cursos de graduação e pós-graduação presenciais, o que representa um crescimento de +20% versus o mesmo período do ano passado. Este forte crescimento é fruto de mais um excelente processo de captação de novos alunos, onde realizamos 14,5 mil novas matrículas (+17% versus o mesmo período de 2012). A expansão da nossa base de alunos se traduziu numa receita líquida de R\$ 104,3 milhões de receita líquida, o que representa um crescimento de +33%. Neste trimestre demos também um passo para consolidar ganhos eficiência que se traduzem em melhorias em nossa margem bruta. Conquistamos +5,4 pontos percentuais de margem bruta, chegando a 57,5% neste primeiro trimestre. Importante reconhecer que a margem do primeiro trimestre é sazonalmente mais alta, e que acaba se diluindo ao longo do ano, mas o fato de já partirmos com um ganho versus o mesmo período de 2012 nos deixa confiantes com relação ao resto do ano.

Desempenho Financeiro	Consolidado		
	1T13	1T12	Δ %
Receita Líquida	104,3	78,5	+33%
Lucro Bruto	60,0	40,8	+47%
Mrg. Bruta	57,5%	52,0%	+5,4 pp
EBITDA AJUSTADO¹	38,3	25,1	+53%
Mrg. EBITDA	36,7%	31,9%	+4,7 pp
Resultado Líquido	29,2	14,7	+98%
Mrg. Líquida	28,0%	18,8%	+9,2 pp

Conquistamos terreno também em termos de EBITDA Ajustado e Lucro Líquido, ambos com crescimentos expressivos. Fechamos o trimestre com um EBITDA ajustado de R\$38,3 milhões (+53% versus 1T12) e um resultado líquido praticamente o dobro do observado no primeiro trimestre do ano anterior.

Crescimento via Aquisições Estratégicas. Em fevereiro de 2013 demos um passo importante em nossa estratégia de crescimento para o interior de Minas Gerais com a marca UNA. Após um extenso estudo de mercado, elegemos algumas praças estratégicas onde a marca UNA já possui uma penetração, reconhecimento e boa reputação. Depois de Contagem, onde já operamos através de um campus avançado desde 2008, chegamos agora a Betim através da compra do direito de manutenção de uma faculdade local com aproximadamente mil alunos matriculados. Em praticamente 60 dias esta nova operação já estava integrada à Anima com a implantação do nosso Centro de Serviços Compartilhados para os processos e sistemas das áreas de apoio, adequação do campus aos nossos padrões de qualidade e identidade visual etc. Começamos agora a integração dos modelos acadêmicos e de gestão, buscando otimizar as operações e elevar a qualidade dos cursos oferecidos aos nossos novos alunos. Este é mais um passo importante em nossa estratégia de crescimento, levando a marca e qualidade da UNA para outros municípios além de Belo Horizonte, e com isto nos consolidarmos como um grande player no Estado de Minas Gerais.

Com este forte início de ano estamos confiantes de que o ano de 2013 será novamente marcado por grandes conquistas.

Nota: ¹ EBITDA ajustado por receita de multa e juros sobre mensalidades em atraso e por itens não recorrentes

Notas Explicativas**GAEC EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA PERÍODO DE 3 MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013**

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GAEC Educação S.A. (“GAEC” ou “Sociedade”), com sede e foro na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, foi constituída em 03 de dezembro de 2007, é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objeto a participação direta e indireta no capital de empresas que atuam em:

- (a) Administração de instituições de ensino e auxílio às atividades de apoio à educação, representado pela BR Educação Executiva S.A. (“BR Educação”).
- (b) Prestação de serviços de ensino em nível superior, incluindo cursos livres, de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, extensão universitária, especialização, cursos à distância, bem como a realização de pesquisa, seminários, palestras e eventos culturais. Representado por Minas Gerais Educação S.A. (“MGE”), Instituto Mineiro de Educação e Cultura Uni-BH S.A. (“IMEC”), Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A. (“Unimonte”), HSM Educação S.A. (“HSM Educação”) e VC Network Educacional S.A. (“VC Network”), sendo que esta última está temporariamente sem operação.
- (c) Aquisição e administração de imóveis, representado pela RNE Gestão Patrimonial S.A. (“RNE”) e UNA Gestão Patrimonial S.A. (“UNA”).
- (d) Edição e impressão de livros, jornais e outras publicações e serviços de informação na internet como portais, provedores de conteúdo e outros, a distribuição de vídeo e de programas de televisão e serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas representado pelas controladas indiretas HSM do Brasil S/A (“HSM do Brasil”), HSM Editora S/A (“HSM Editora”) e HSM Marcas Ltda. (“HSM Marcas”).

As controladas diretas e indiretas da Sociedade (“Grupo”) estão sumariadas na nota explicativa nº 2.3.

A GAEC realiza a prestação de serviços de assessoramento, consultoria e gestão a empresas, bem como a participação em quaisquer outras sociedades, como sócia, acionista, consorciada ou quotista, independente do seu respectivo ramo de atuação e objetivos sociais.

Em fevereiro de 2013, a Sociedade assinou acordo de investimento para a aquisição de 100% da operação da empresa BR Educação e 50% da operação das empresas HSM do Brasil, HSM Educação e HSM Marcas, transação está aprovada em 22 de março de 2013 pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Informações adicionais estão divulgadas na nota explicativa nº 5.

Também em fevereiro de 2013, a controlada MGE adquiriu o direito de manutenção do campus de Betim da UNIPAC - Fundação Antonio Carlos, que possui cerca de mil alunos e o integrou as suas operações, que passou a se chamar UNA Betim.

Notas Explicativas

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRSs e às normas do CPC)

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, identificadas como controladora e consolidado compreendem:

- As informações financeiras intermediárias individuais elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, identificadas como “Controladora (BR GAAP)”.
- As informações financeiras intermediárias consolidadas elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, identificadas como “Consolidado (IFRS e BR GAAP)”.

Essas informações contábeis intermediárias não incluem todos os requerimentos de demonstrações financeiras anuais ou completas e dessa forma, devem ser lidas juntamente com as demonstrações financeiras da Sociedade do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As informações financeiras intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas informações financeiras intermediárias individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações financeiras intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas informações intermediárias individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Sociedade optou por apresentar essas informações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2 Base de elaboração

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação.

2.3 Bases de consolidação e investimentos em controladas

Notas Explicativas

As informações trimestrais consolidadas incluem as informações financeiras intermediárias da Sociedade e de suas controladas. O controle é obtido quando a Sociedade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o período estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Sociedade e às participações não controladoras mesmo se resultar em saldo negativo dessas participações

Para o período de três meses findo em 31 de março de 2013 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Sociedade mantinha as seguintes controladas, diretas e indiretas:

Nome da controlada	Participação (%)	
	31/03/2013	31/12/2012
<u>Controladas diretas</u>		
Minas Gerais Educação S.A.	100	100
Instituto Mineiro de Educação e Cultura - Uni-BH S.A.	100	100
Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A.	100	100
VC Network Educação S.A.	100	100
RNE Gestão Patrimonial S.A.	100	100
BR Educação Executiva S.A. (1)	100	-
<u>Controladas indiretas</u>		
UNA Gestão Patrimonial S.A.	100	100
HSM do Brasil S.A. (1)	50	-
HSM Educação S.A. (1)	50	-
HSM Marcas Ltda. (1)	50	-
HSM Editora S.A. (1)	50	-

(1) Controladas adquiridas em março de 2013, conforme descrito na nota de combinações de negócios.

A Sociedade apresenta nas suas informações financeiras intermediárias consolidadas, sua participação nas controladas usando o método de consolidação integral. As participações nos ativos, passivos e resultados da controlada são combinados com os correspondentes itens nas informações financeiras intermediárias consolidadas da Sociedade, linha a linha.

Na consolidação foram eliminadas as participações da controladora no patrimônio líquido (passivo a descoberto) das controladas, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos e despesas, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

A parcela relativa aos não controladores no patrimônio líquido das controladas é apresentada destacadamente no patrimônio líquido consolidado.

A data base das informações trimestrais das controladas é coincidente com a da controladora, e suas políticas contábeis estão alinhadas com as políticas adotadas pela Sociedade e foram tratadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

Notas Explicativas

Quando necessário, as informações financeiras intermediárias das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas informações intermediárias consolidadas.

2.4 Apresentação de relatórios por segmentos operacionais

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Sociedade.

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações financeiras intermediárias de cada uma das controladas da Sociedade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua ("a moeda funcional"). As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Sociedade. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Reapresentação das informações financeiras intermediárias

Essas demonstrações financeiras foram originalmente apresentadas em 26 de agosto de 2013 e estão sendo reapresentadas para considerar melhorias de divulgação na nota explicativa nº 32 e por consequência, a atualização da nota explicativa nº 36.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas pela Sociedade na preparação das informações financeiras intermediárias são descritas como segue:

- (a) Reconhecimento da receita - A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções e/ou descontos comerciais concedidos e outras deduções similares. As receitas de prestação de serviços de ensino, de assessoramento, consultoria e gestão a empresas, somente são reconhecidas quando o serviço é prestado ao cliente, os valores das receitas podem ser estimados com segurança e são prováveis que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluirão para a Sociedade e suas controladas. As receitas obtidas com locação de imóveis somente são reconhecidas quando do uso do bem pelo cliente, conforme os contratos de locação, os valores das receitas podem ser estimados com segurança e é provável que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluirão para as controladas da Sociedade.
- (b) Contas a receber - Estão apresentados pelo valor nominal dos títulos, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias em base pro rata temporis, deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é calculada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos. Para os contratos financiados, o percentual não financiado é registrado como mensalidades a receber e a diferença financiada é contabilizada como Benefícios reembolsáveis - FUNDER, acrescidos, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias em base pro rata temporis, deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é calculada em

Notas Explicativas

montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

- (c) Combinações de negócios - Nas informações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Sociedade. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do período conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Sociedade reconhece a participação dos não controladores na adquirida, pela parcela proporcional da participação dos não controladores no valor justo de ativos líquidos da adquirida (nota explicativa nº 5). Para fins do consolidado a parcela de participação dos não controladores é mensurada pelo valor justo.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Sociedade de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*).

Transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto quando a transação evidencie perda do valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Sociedade.

Informações financeiras intermediárias individuais

Nas informações financeiras intermediárias individuais, a Sociedade aplica os requisitos da Interpretação Técnica ICPC - 09, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Sociedade no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Sociedade no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

- (d) Ágio - O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que uma unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do período. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Notas Explicativas

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

(e) Instrumentos financeiros - São inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente ao resultado.

- Ativos financeiros não derivativos: Os ativos financeiros são classificados no momento em que foram originados como empréstimos e recebíveis. A classificação dos ativos financeiros depende de sua natureza e finalidade e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Segue o resumo das principais práticas contábeis adotadas na contabilização e apresentação dos ativos financeiros da Sociedade e de suas controladas:

- (i) Empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros (inclusive contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, créditos com partes relacionadas etc.) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o efeito do desconto com base na taxa de juros efetiva é imaterial.

- Passivos financeiros não derivativos: Quando não especificados de outra forma, os passivos financeiros foram classificados no momento de seu reconhecimento inicial como outros passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas incluem os empréstimos e financiamentos, contas a pagar a fornecedores, títulos a pagar e débitos com partes relacionadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 32.

A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Notas Explicativas

Segue o resumo das principais práticas contábeis adotadas na contabilização e apresentação dos passivos financeiros da Sociedade e de suas controladas:

- (i) Empréstimos e financiamentos - São reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquido dos custos das transações. Na data do balanço está apresentado pelo seu reconhecimento inicial, deduzido da amortização das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescido dos correspondentes encargos incorridos. Os custos de transações estão apresentados como redutores do passivo circulante e não circulante, sendo apropriados ao resultado no mesmo prazo de pagamento do financiamento que o originou, com base na taxa efetiva de cada transação.
- Instrumentos financeiros derivativos: A Sociedade não possui nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos especulativos.
- Instrumentos de patrimônio: Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pelo Grupo são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Sociedade é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Sociedade.

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- (i) Foi adquirido principalmente para a recompra no curto prazo;
- (ii) Faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pelo Grupo e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo; e
- (iii) É um derivativo não designado como instrumento de “hedge” efetivo.

Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- (i) Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, iria surgir;
- (ii) O passivo financeiro for parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, gerenciado e com seu desempenho avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou estratégia de investimentos documentados do Grupo, e quando as informações a respeito do Grupo forem fornecidas internamente com a mesma base; ou
- (iii) O ativo financeiro for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja

Notas Explicativas

totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

- (iv) Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na rubrica “Outros ganhos e perdas”, na demonstração do resultado. O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa nº 32.
- (f) Caixa e equivalentes de caixa - São considerados como caixa e equivalentes de caixa os valores mantidos como caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez, cujo vencimento original é igual ou menor que 90 dias e que têm risco insignificante de variação no valor justo. São reconhecidos ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento de cada balanço, em base pro-rata temporis, não superiores aos valores de realização.
- (g) Demonstração de valor adicionado (“DVA”) - Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações financeiras intermediárias individuais e como informação suplementar às informações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.
- (h) Créditos e débitos com partes relacionadas - Correspondem a direitos e obrigações que foram contraídas entre a Sociedade e suas partes relacionadas, oriundas de operações de mútuo, cujas condições financeiras destas operações são estabelecidas de comum acordo entre a Sociedade e as partes relacionadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 31.
- (i) Investimentos nas demonstrações financeiras individuais - Representados por investimentos em empresas controladas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, cujos valores estão demonstrados na nota explicativa nº 12. Outros investimentos são registrados e mantidos ao custo.
- (j) Imobilizado - Terrenos, edificações, benfeitorias em imóveis de terceiros, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, computadores e periféricos, veículos, biblioteca e videoteca, equipamentos de audiovisual estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil dos bens, mencionadas na nota explicativa nº 13.

Notas Explicativas

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

(k) Intangível - Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que tem vida útil definida possuem amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas com base na vida útil estimada dos ativos, conforme descrito na nota explicativa nº14. Os ativos intangíveis que não possuem vida útil definida são representados por marcas, patentes e ágio por rentabilidade futura os quais não sofrem amortizações e são testados no mínimo anualmente por redução ao valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios - Nas informações financeiras intermediárias consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

(l) Redução ao valor recuperável (impairment)

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Notas Explicativas

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

- (m) Imposto de renda e contribuição social corrente - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são registrados pelo regime de competência e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

As controladas MGE, IMEC e Unimonte calculam o imposto de renda e a contribuição social considerando ainda os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal nº 456, especialmente ao Programa Universidade para Todos - PROUNI e, ainda, considerando o lucro da exploração sobre as atividades isentas. Sobre as receitas não isentas, o imposto de renda e a contribuição social são calculados utilizando a taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente, sobre lucros tributáveis ajustados de acordo com legislação específica.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

- (n) Provisões - São reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do montante requerido para liquidar a obrigação no final de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

- (o) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes - Estão apresentados pelos valores de realização/liquidação e pelos valores conhecidos ou estimados, e estão adicionados dos correspondentes encargos e incorporam os juros e demais encargos contratuais incorridos até a data dos balanços.

Notas Explicativas

- (p) Distribuição de dividendos - A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Sociedade no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.
- (q) Ajuste a valor presente - Os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de curto prazo (se relevantes) e longo prazo, sem a previsão de remuneração ou sujeitas a: (i) juros pré-fixados; (ii) juros notoriamente abaixo do mercado para transações semelhantes; e, (iii) reajustes somente por inflação, sem juros, são ajustados ao seu valor presente com base em taxa de mercado, sendo suas realizações reconhecidas no resultado do período.
- (r) Estimativas contábeis - A preparação das informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRSs e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As estimativas e premissas significativas são utilizadas quando da contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 7); do imposto de renda e da contribuição social, diferidos (nota explicativa nº 11); da vida útil e avaliação do *impairment* dos bens do imobilizado e intangível (notas explicativas nº 13 e 14) e das provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis (nota explicativa nº 22).

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

- Redução ao valor recuperável (“*impairment*”) na estimativa do ágio e de marcas: Ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio e marcas, não são amortizados e são testados anualmente para identificar uma deterioração destes, por meio de uma metodologia conhecida como “*impairment test*”. O ágio é registrado pelo custo menos perdas por deterioração acumuladas. Para o período de três meses findo em 31 de março de 2013 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não houve perdas por deterioração do ágio e marcas. Vide nota explicativa nº 14.
- Provisões para riscos tributárias, trabalhistas e cíveis: A Sociedade é ré em diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, da Sociedade, a natureza dos processos e experiências passadas. A Administração acredita que essas provisões são suficientes e estão corretamente apresentadas nas informações financeiras trimestrais. As provisões são calculadas considerando o valor provável para liquidação na data das informações financeiras trimestrais e posteriormente atualizada monetariamente quando aplicável, já estando, portanto, apresentada a valor presente. Vide nota explicativa nº 22.

Notas Explicativas

- Provisão para crédito de liquidação duvidosa: É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos. A Sociedade constitui mensalmente a provisão para créditos de liquidação duvidosa analisando os valores mensais dos recebíveis e as respectivas aberturas por faixas de atraso. Vide nota explicativa nº 7.
- Imposto de renda e contribuição social diferidos: São reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:
 - (i) Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
 - (ii) Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

- Revisão da vida útil: A Sociedade e suas controladas revisam anualmente a vida útil de seus ativos.

A Sociedade e suas controladas revisam suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Notas Explicativas

- (s) Receita e despesa financeiras - É reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda é identificada em relação a um contas a receber, a Sociedade reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, Cédula de Crédito Bancário - CCB, impostos parcelados e outros passivos financeiros, líquidas do desconto a valor presente das provisões, perdas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Método de juros efetivos:

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

- (t) Capital social - É composto por ações ordinárias classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzido de quaisquer efeitos tributários.

As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Sociedade. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em reservas de capital.

- (u) Lucro/prejuízo básico e diluído por ação - O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos financeiros potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

- (v) Transações de capital - Nas informações financeiras intermediárias, as mudanças nas participações do Grupo em controladas que não resultem em perda do controle do Grupo sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações do Grupo e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou

Notas Explicativas

recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Sociedade.

4. ADOÇÃO DAS NOVAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIO FINANCEIRO (IFRS)

Em decorrência de alteração nos pronunciamentos contábeis em vigor, a Sociedade adotou novas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2013 e as aplicou, para apresentação destas informações contábeis intermediárias. A Sociedade avaliou essas novas normas e não identificou efeitos significativos sobre os valores reportados.

A Sociedade não adotou a IFRS 9 já emitida, sendo que apresentará em maiores detalhes, conforme abaixo:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados, por exemplo, à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da empresa e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria empresa é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. Esta norma é aplicável para os exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A Sociedade está avaliando o impacto total do IFRS 9.

5. COMBINAÇÕES DE NEGÓCIOS

5.1 Controladas adquiridas

Em 4 de fevereiro de 2013 a Sociedade firmou contrato de compra e venda com os acionistas da empresa BR Educação Executiva S.A. (BR Educação) adquirindo 62.500.000 ações, representando 100% do seu capital social.

A BR Educação detém 50% do capital social das empresas:

- (a) HSM do Brasil S/A empresa localizada na cidade de Barueri, estado de São Paulo, que atua na edição e impressão de livros, na distribuição de vídeos e de programas de televisão e presta serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas;
- (b) HSM Educação S.A., empresa com sede na cidade de São Paulo, que atua na oferta de cursos de educação superior (graduação e pós-graduação) além de dar consultorias em gestão empresarial;

Adicionalmente existem as seguintes investidas indiretas:

Notas Explicativas

- (a) HSM Editora S/A, subsidiária integral da HSM Educação, localizada na cidade de São Paulo, especializada na edição e comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações além de serviços de informação na internet como portais, provedores de conteúdo e outros; e
- (b) HSM Marcas Ltda., empresa situada na cidade de Barueri, estado de São Paulo, controlada em conjunto pelas empresas HSM do Brasil e HSM Educação que realiza a gestão de ativos intangíveis não financeiros e a distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão, além de prestar serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas e cursos de educação superior (graduação e pós-graduação).

Com base no IFRS 10 - *Consolidated Financial Statements*, correspondente ao CPC 36 (R3), ficou definido, mediante acordo firmando junto aos acionistas em 04 de fevereiro de 2013, que a GAEC Educação S.A. tem poder sobre as atividades relevantes das empresas, indicando o controle das HSMs.

Embora a participação societária seja de 50% para ambos os acionistas, a GAEC possui poder sobre a BR Educação e suas controladas, e a capacidade de utilizar este poder para afetar o valor de seus retornos. Este poder fica evidente através dos direitos por ela mantidos:

- (i) Indicação e nomeação dos cargos de diretoria e alta gerência;
- (ii) Desenvolvimento do plano de negócios e do orçamento da BR Educação e de suas controladas em linha com as diretrizes da GAEC;
- (iii) Gestão das operações das empresas.

Além disso, o outro acionista tem a opção de alienar sua participação nas investidas pelo montante R\$40.000 (corrigidos pela variação do IGPM a partir de 04/02/13), conforme descrito na nota explicativa de investimentos. Demonstrando a exposição somente aos benefícios na participação da HSM Brasil, HSM Educação, HSM Marcas e HSM Editora.

A concretização destas aquisições ocorreu em março de 2013 após aprovação, sem restrições, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), através do Despacho nº 240, de março de 2013.

5.2 Contrapartidas transferidas

As contrapartidas transferidas totalizaram R\$55.269, pagos da seguinte forma:

- (i) R\$28.092 por meio de integralização de capital com aumento de 49.279 ações da Sociedade mediante conferência de 36.142.457 ações ordinárias de emissão da BR Educação;
- (ii) R\$10.487 pagos em março de 2013;
- (iii) R\$10.000 a serem pagos em duas parcelas anuais e sucessivas a partir de fevereiro de 2014, corrigido monetariamente pela variação do CDI até a data do efetivo pagamento.
- (iv) R\$6.690 referente ao valor da opção de venda descrita na nota de investimento.

A Sociedade não incorreu em custos relevantes referentes à aquisição e estes foram excluídos da mensuração da contrapartida transferida.

5.3 Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição

Valor justo dos ativos líquidos

Notas Explicativas

	Circulantes	Não circulantes	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	2.682	-	2.682
Contas a receber	3.600	-	3.600
Outros ativos circulantes e não circulantes	2.206	312	2.518
Impostos a recuperar	4.173	434	4.607
Imobilizado	-	5.999	5.999
Intangível	-	66.921	66.921
Passivos			
Fornecedores	(2.170)	-	(2.170)
Empréstimos e financiamentos	(5.223)	(1.244)	(6.467)
Obrigações sociais e salariais	(2.691)	-	(2.691)
Adiantamentos de clientes	(12.316)	-	(12.316)
Outros passivos circulantes e não circulantes	(695)	(410)	(1.105)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(10.722)	(10.722)
Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	-	(14)	(14)
Ativos líquidos adquiridos	(10.434)	61.276	50.842

5.4 Ágio gerado na aquisição

	31/03/2013	
	Controladora	Consolidado
Contrapartida transferida	55.269	55.269
Mais: Participações não controladoras (50%)		
Valor contábil dos ativos líquidos	17.616	-
Valor justo dos minoritários	-	36.181
Menos:		
Valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos	(50.842)	(50.842)
Ágio gerado na aquisição	22.043	40.608

Foi gerado ágio na aquisição da BR Educação e de suas controladas, porque o custo da combinação incluiu o montante pago pelo prêmio de controle. Adicionalmente, a contrapartida paga pela combinação efetivamente incluiu valores em relação ao benefício das sinergias esperadas, crescimento das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados e mão-de-obra. Esses benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio porque não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

A Administração do Grupo não espera que os ágios originados dessas aquisições sejam dedutíveis para fins fiscais.

5.5 Saída de caixa líquida na aquisição da controlada

31/03/2013

Notas Explicativas

Contrapartidas pagas em caixa	10.487
Menos: Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(2.682)
Desembolso líquido de caixa	<u>7.805</u>

5.6 Impacto das aquisições nos resultados do Grupo

O resultado do período não inclui receitas e despesas atribuíveis aos negócios adicionais gerados pela BR Educação e suas controladas, uma vez que foram efetivadas no encerramento do período em análise.

Caso essas combinações de negócios tivessem sido efetivadas em 1º de janeiro de 2013, as receitas consolidadas do Grupo das operações continuadas seriam de R\$3.126 e o prejuízo do período das operações continuadas seria de (R\$16.716). A Administração do Grupo considera que esses valores “pro forma” representam uma medida aproximada do desempenho do Grupo combinado em uma base anualizada e servem de ponto de referência para comparação em períodos futuros.

Para apurar as receitas consolidadas e o resultado “pro forma” do Grupo se BR Educação e suas controladas tivessem sido adquiridas no início do período atual, a Administração:

- calculou a depreciação dos equipamentos adquiridos com base nos valores justos originados da contabilização inicial da combinação de negócios em vez dos valores contábeis reconhecidos nas informações financeiras de pré-aquisição;
- apurou os custos de empréstimos com base nos níveis de financiamento, classificação de crédito e posição dívida/patrimônio do Grupo após a combinação de negócios; e
- excluiu custos de defesa contra aquisições hostis da adquirente como uma transação pré-aquisição não recorrente.

Considerando que as informações anteriormente mencionadas referem-se a estimativa preliminar do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, podem ocorrer alterações em relação ao cálculo final durante o período de um ano após a data de aquisição.

Notas Explicativas

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>				
Caixa e bancos	12	7	1.400	956
Aplicações financeiras	<u>2.158</u>	<u>116</u>	<u>20.992</u>	<u>4.514</u>
Total	<u>2.170</u>	<u>123</u>	<u>22.392</u>	<u>5.470</u>

As aplicações financeiras são classificadas como empréstimos e recebíveis. São representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDB), os quais possuem rentabilidade aproximada de 100% a 102,90%,

b) Aplicações financeiras

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Aplicações financeiras	<u>10.054</u>	—	<u>50.860</u>	—

As aplicações financeiras são classificadas como empréstimos e recebíveis. São representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDB), os quais possuem rentabilidade aproximada de 100% a 102,90%, fundos de investimentos, rentabilidade dos últimos doze meses de 100,00% a 103,00%, e operações compromissadas com rentabilidade aproximada de 100% dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), todos de liquidez imediata.

O aumento das aplicações financeiras para o período de três meses findo em 31 de março de 2013 está relacionado, principalmente a contratação de novos empréstimos bancários, com intuito de recomposição de caixa, permitindo que a Sociedade e suas controladas tenham recursos disponíveis para novas aquisições de investimentos previstos em seu plano de negócios e alinhado com sua missão de construir uma rede nacional de instituições de educação superior de qualidade.

7. CONTAS A RECEBER

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Mensalidades a receber (a)	-	-	54.693	51.978
Benefícios reembolsáveis - FUNDER (b)	-	-	4.153	4.336
Títulos em cobrança (c)	-	-	6.924	4.495
Aluguéis, serviços e outros	3.006	1.405	2.183	1.849
Fies - Financiamento Estudantil (d)	—	—	<u>26.996</u>	<u>15.357</u>
Subtotal	3.006	1.405	94.949	78.015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (e)	—	—	(30.393)	(30.239)
Total do contas a receber	<u>3.006</u>	<u>1.405</u>	<u>64.556</u>	<u>47.776</u>
(-) Ativo circulante	(3.006)	(1.405)	(63.338)	(45.850)

Notas Explicativas

Ativo não circulante	-	-	1.218	1.926
----------------------	---	---	-------	-------

- (a) Referem-se a mensalidades emitidas, porém ainda não recebidas, além de acordos firmados com estudantes com referência a mensalidades vencidas, acrescidas de multa de 2% e 2,5% de juros e atualização monetária, e de cobranças judiciais.
- (b) O Fundo de Estudos Reembolsáveis - FUNDER é um sistema de crédito educativo próprio da controlada UNA Gestão Patrimonial S.A. que busca viabilizar a formação acadêmica do aluno impossibilitado de custear integralmente seu curso superior, opções estas disponíveis para graduação bacharelado, licenciatura e tecnológico. Tal programa possibilita acesso à educação superior de qualidade ao aluno com recursos financeiros limitados. Este programa não é mais oferecido para novos ingressantes desde 2007.

O financiamento era realizado sobre o percentual de dez a quarenta por cento do valor da mensalidade com a condição, como garantia, de dois avalistas possuidores de imóvel, com renda mensal equivalente ao dobro da mensalidade.

A receita relativa à mensalidade integral foi reconhecida no momento da prestação do serviço, sendo que o percentual não financiado foi registrado como mensalidades a receber e a diferença financiada contabilizada como benefícios reembolsáveis - FUNDER. A realização deste saldo está ocorrendo após a conclusão do curso, sendo o saldo devedor remunerado à taxa de juros acordada em contrato, acrescido de correção monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A classificação em circulante e não circulante reflete a expectativa destes recebimentos nas datas dos balanços.

- (c) Referem-se a mensalidades renegociadas, acrescidas de juros e atualização monetária, pelos índices contratuais, registrados pelo regime de competência. Tais renegociações ocorrem, principalmente, por meio de cheques pré-datados e cartões de crédito. Nesta conta, figuram também cheques devolvidos que são enviados para empresa de cobrança terceirizada.
- (d) Refere-se a mensalidades financiadas pelo programa governamental FIES - Fundo de Financiamento Estudantil ainda não recebidas. O FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação repassa estes valores através de créditos que são utilizados para compensação de impostos e contribuições federais, podendo ainda estes créditos serem recomprados pelo fundo.
- (e) A Sociedade constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise do saldo dos clientes e as respectivas aberturas por faixas de atraso, sendo considerado o histórico de inadimplência e as negociações em andamento. Nessa metodologia, a cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda que é recorrentemente provisionada. A probabilidade de perda aumenta quando o tempo de atraso do pagamento atingir uma faixa superior aos limites estipulados pelo Grupo.

As controladas MGE, IMEC, Unimonte e UNA, fazem constituição ou reversão da provisão de créditos de liquidação duvidosa conforme análises econômicas com base no histórico de perdas em cada faixa e cada carteira de clientes ocorridas nos anos anteriores e previstas de ocorrer no futuro levando em consideração um cenário conservador. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração, em face de eventuais perdas na realização das mensalidades e financiamentos a receber.

Notas Explicativas

A política de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa estabelece a perda por faixa de vencimento, conforme média abaixo apresentada:

A vencer	16%
Vencidos até 180 dias	39%
Vencidos de 181 a 360 dias	68%
Vencidos de 361 a 720 dias	81%
Vencidos há mais de 721 dias	100%

Para o período de três meses findo em 31 de março de 2013 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as controladas MGE, IMEC e Unimonte, adotam como política contábil a baixa dos títulos vencidos acima de dois anos, ainda em aberto nos registros contábeis, embora estas controladas continuem com esforços para seu recebimento.

A controlada UNA, manteve como política contábil a baixa dos títulos vencidos acima de cinco anos, a mesma política adotada em 2012, tendo em vista que sua principal carteira refere-se a benefícios reembolsáveis - FUNDER, a qual possui garantias de fiadores, que são acionados judicialmente em caso de inadimplência, o que demanda mais tempo até o recebimento total.

A Sociedade constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os valores gerados no âmbito do FIES de acordo com as estimativas de perda associadas aos alunos contemplados pelo Programa. A Sociedade é responsável por uma parcela de uma eventual inadimplência do aluno para com o FNDE de acordo com a modalidade de contrato celebrado. Para os contratos com fiador, a Sociedade é responsável por 20% de uma eventual inadimplência do aluno. Para os contratos garantidos pelo Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativa - FGEDUC, a Sociedade é responsável por 7% da inadimplência para os contratos assinados até 3 de abril de 2012 e de 5,63% para os contratos assinados após esta data.

O saldo de contas a receber está integralmente composto por recebíveis no mercado nacional e o seu valor de realização não difere significativamente do valor justo desses ativos.

O saldo referente a partes relacionadas para o período de três meses findo em 31 de março de 2013 é de R\$2.815 na controladora (R\$1.255 em 31 de dezembro de 2012).

O saldo de contas a receber por data de vencimento para o período de três meses findo em 31 de março de 2013 e de 31 de dezembro de 2012 está distribuído conforme segue:

	Controladora (BR GAAP)	
	31/03/2013	31/12/2012
A vencer	2.971	1.340
Vencidos:		
Até 180 dias	11	12
De 181 a 360 dias	24	12
De 361 a 720 dias	-	41
Há mais de 721 dias	-	-
Total	<u>3.006</u>	<u>1.405</u>

Notas Explicativas

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)							
	31/03/2013				31/12/2012			
	Saldo do contas a receber	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Saldo líquido	%	Saldo do contas a receber	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Saldo líquido	%
A vencer	40.548	(4.970)	35.578	55,11%	28.664	(4.514)	24.150	50,55%
Vencidos:								
Até 180 dias	24.554	(5.061)	19.493	30,20%	21.399	(4.947)	16.452	34,44%
De 181 a 360 dias	8.144	(5.319)	2.825	4,38%	9.645	(5.828)	3.817	7,99%
De 361 a 720 dias	16.463	(13.116)	3.347	5,18%	16.774	(13.708)	3.066	6,42%
Há mais de 721 dias	<u>5.240</u>	<u>(1.927)</u>	<u>3.313</u>	<u>5,13%</u>	<u>1.533</u>	<u>(1.242)</u>	<u>291</u>	<u>0,61%</u>
Total	<u>94.949</u>	<u>(30.393)</u>	<u>64.556</u>	<u>100%</u>	<u>78.015</u>	<u>(30.239)</u>	<u>47.776</u>	<u>100%</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no período é como segue:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2013	31/12/2012
Saldo no início do período	30.239	32.680
Adição:		
PCLD recorrente (i)	3.374	17.086
Títulos baixados (ii)	<u>(3.220)</u>	<u>(19.527)</u>
Saldo final	<u>30.393</u>	<u>30.239</u>

(i) Refere-se a adições à provisão para créditos de liquidação duvidosa recorrentes do período e do exercício;

(ii) Refere-se a títulos baixados com vencimento superior a dois anos.

8. ADIANTAMENTOS DIVERSOS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Fornecedores	113	83	1.153	220
Caução - aluguel (a)	-	-	312	-
Funcionários - férias e outros	<u>42</u>	<u>129</u>	<u>723</u>	<u>6.279</u>
Total	<u>155</u>	<u>212</u>	<u>2.188</u>	<u>6.499</u>
(-) Ativo circulante	(155)	(212)	(1.876)	(6.499)
Ativo não circulante	-	-	312	-

(a) Refere-se à caução de aluguel do prédio em São Paulo, realizado pela HSM Educação.

Notas Explicativas

9. IMÓVEIS PARA VENDA

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2013	31/12/2012
Terrenos	9.809	9.809
Edificações	<u>1.876</u>	<u>1.876</u>
Total	<u>11.685</u>	<u>11.685</u>

Os imóveis destinados à venda referem-se ao imóvel situado à Avenida Galeão Coutinho - São Vicente, onde está instalado o Jockey Club, com área compreendida de 32.000 m², a controlada RNE está empenhada na alienação deste imóvel para o qual foram recebidas propostas consistentes para sua alienação.

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Antecipação de IRPJ (a)	-	-	1.550	1.541
Impostos retidos na fonte (b)	-	-	2.875	-
IRRF	745	802	1.547	1.280
PIS/COFINS/CSLL	267	386	1.885	889
Antecipação de CSLL (a)	-	-	191	190
ISS	48	88	551	414
IPTU	-	-	91	91
Outros	<u>7</u>	<u>5</u>	<u>325</u>	<u>344</u>
Total	<u>1.067</u>	<u>1.281</u>	<u>9.015</u>	<u>4.749</u>
(-) Ativo circulante	-	-	(4.173)	-
Ativo não circulante	<u>1.067</u>	<u>1.281</u>	<u>4.842</u>	<u>4.749</u>

(a) A controlada UNA possui valores a compensar relativos às antecipações de imposto de renda e contribuição social dos exercícios de 2000 e 2001 recolhidos indevidamente. Estes valores foram incluídos no parcelamento do REFIS IV (Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941/09) e serão compensados com outros tributos assim que o parcelamento for quitado. A atualização está sendo realizada pela taxa de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).

(b) A controlada HSM Brasil possui R\$1.205 de Imposto de Renda e Contribuição Social retido sobre a venda da HSM Argentina para a BR Educação e R\$1.670 de imposto de renda de contribuição social retido sobre notas fiscais, que a partir de 2013 estão sendo utilizados para compensar impostos federais.

Notas Explicativas

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

Ativo - A Sociedade e suas controladas possuem créditos fiscais de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa, no montante de R\$21.076 (R\$5.580 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$84.327 (R\$22.059 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado respectivamente, não sujeitos a prazo prescricional, para os quais não foram constituídos impostos diferidos ativos.

Até o período de três meses findo em 31 de março de 2013, as atividades de prestação de serviços de pós graduação e mestrado, cursos livres e locação de espaço em horários ociosos das operações de educação não geraram lucro tributável. Entretanto, a Administração da Sociedade tem expectativa de que as atividades não isentas comecem a dar lucro tributável a partir do exercício de 2013, na controlada MGE. Nas controladas Unimonte e IMEC, até o momento, a Administração não tem expectativa de lucro tributável nas atividades não isentas para os próximos anos.

Passivo - O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:

- (i) Impostos e contribuições relativos à diferença entre o valor contábil reavaliado dos imóveis reavaliados em 2007 e da apropriação de mais valia do ativo em combinação de negócio realizada em 2009, e sua correspondente base fiscal pelo valor original, o que se constitui uma diferença temporária e dá origem a uma obrigação fiscal diferida a ser realizada proporcionalmente à realização dos respectivos bens. Em ambos os casos, os valores foram registrados nas controladas UNA, Unimonte e RNE, detentoras dos ativos reavaliados e apropriados pela mais valia dos ativos em combinação de negócios.
- (ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos sobre o ganho auferido em combinação de negócios, em decorrência da mais valia de ativos identificados não reconhecidos anteriormente, conforme abaixo demonstrado:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 31/03/2013
Ativos totais identificados a valor justo	50.842
(-) Ativos já reconhecidos anteriormente	(30.028)
Mais valia proveniente da aquisição de controladas, líquida	20.814
Impostos sobre a mais valia em combinação de negócios	10.722

Notas Explicativas

A movimentação dos saldos passivos no período de 3 meses findo em 31 de março de 2013, foi como segue:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Saldo inicial	Movimentação		Saldo final
			Mais valia em combinação de negócios	
	31/12/2012	Resultado		31/03/2013
Imposto de renda	13.383	(32)	7.884	21.235
Contribuição social	<u>4.818</u>	<u>(11)</u>	<u>2.838</u>	<u>7.645</u>
Total	<u>18.201</u>	<u>(43)</u>	<u>10.722</u>	<u>28.880</u>

CONCILIAÇÃO DA TAXA EFETIVA

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Lucro antes de IR e CS	29.202	11.352	29.159	14.700
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
IR e CS pela alíquota fiscal combinada	<u>(9.929)</u>	<u>(3.860)</u>	<u>(9.914)</u>	<u>(4.998)</u>
Ajustes ao resultado:				
Efeitos no resultado por adição (exclusão) que não geram créditos fiscais				
Equivalência patrimonial	10.745	4.694	-	-
Incentivo fiscal em controlada sujeita ao benefício PROUNI (a)	-	-	10.532	7.237
Outros permanentes	8	(48)	964	(1.366)
Créditos tributários não constituídos	<u>(824)</u>	<u>(786)</u>	<u>(1.539)</u>	<u>(847)</u>
Imposto de renda e contribuição social calculado	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>43</u>	<u>26</u>
IR e CS no resultado do período	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>43</u>	<u>26</u>

- (a) Conforme descrito nas práticas contábeis, estes valores correspondem à isenção do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido em virtude das controladas MGE, IMEC e Unimonte terem aderido ao PROUNI. Veja maiores detalhes na nota explicativa nº 25.

Notas Explicativas

12. INVESTIMENTOS

Os investimentos nas sociedades controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora (BR GAAP)					
	31/03/2013			31/12/2012		
	Investimento	Equivalência Patrimonial	Participação	Investimento	Equivalência Patrimonial	Participação
Ativo:						
IMEC	23.556	16.813	100%	11.091	21.347	100%
MGE	63.919	15.789	100%	48.130	25.732	100%
BR Educação						
Executiva	22.822	-	100%	-	-	-
RNE	7.947	(863)	100%	8.810	(1.724)	100%
VC Network	58	(3)	100%	61	(146)	100%
Valor justo alocado	34.784	-	-	24.380	-	-
Obrigação por aquisição de controladas (a)	40.000	-	-	-	-	-
Ágio (<i>goodwill</i>)	<u>51.868</u>	<u>-</u>	-	<u>29.825</u>	<u>-</u>	-
Subtotal	244.954	31.736		122.297	45.209	
Outros investimentos	<u>11</u>	<u>-</u>	-	<u>7</u>	<u>-</u>	-
	244.965	31.736		122.304	45.209	
Passivo:						
Unimonte	<u>(38.228)</u>	<u>(132)</u>	100%	<u>(40.736)</u>	<u>(12.968)</u>	100%
	<u>(38.228)</u>	<u>(132)</u>		<u>(40.736)</u>	<u>(12.968)</u>	
	<u>206.737</u>	<u>31.604</u>		<u>81.568</u>	<u>32.241</u>	

- (a) Em 04 de fevereiro de 2013, a GAEC outorgou à RBS Participações S.A. e RBS Mídia, Digital e Participações S.A., opção para que estas, a seu exclusivo critério, vendam à Anima a totalidade das ações detidas por ela nas sociedades HSM Educação S.A. e HSM do Brasil S.A. das quais detém 50% de participação. Tal opção pode ser exercida pelo preço de R\$40.000 corrigido pela variação do IGPM desde 4 de fevereiro de 2013 até a data do exercício, o qual poderá se dar em até 15 anos, sem redução decorrente de endividamento ou contingências das sociedades e sem majoração por tributos incidentes. O valor acordado poderá ser pago em até 12 parcelas mensais se garantido por hipoteca ou fiança bancária.

A opção descrita, no valor de R\$6.690 compôs o valor pago pela Sociedade por sua participação na BR Educação e nas controladas indiretas HSM Educação S.A. e HSM do Brasil S.A. e pelo controle exercido sobre as mesmas.

A opção de venda (PUT) referente às participações da HSM do Brasil e HSM Educação foi precificada com base em informações disponíveis em mercado. Para o cálculo da PUT, foi utilizada uma simulação com o modelo Binomial para opções americanas, em 180 passos e um teste de aderência com aproximação quadrática fundamentada em técnicas computacionais para opções americanas, (Barone-Adesi and Whaley) e direcionados em um apreçamento de PUT, em decorrência da PUT prever uma antecipação de exercício.

Notas Explicativas

As premissas utilizadas para o cálculo foram:

- Preço a vista: valores utilizados referem-se a 50% do fair value da HSM do Brasil e HSM Educação.
- Strike: a opção de venda possui um preço de exercício no valor de R\$ 40.000 corrigido pela variação do IGPM a partir da data do contrato. Foi utilizado a curva de IGPM para projeção do valor futuro até o vencimento em 2028 e suavizado pelo cupom - DIxIGPM.
- Dividendos: a taxa de dividendos aproxima-se de zero e por este motivo foi considerada como zero para avaliação e modelagem.
- Volatilidade: baseado na análise dos cenários para volatilidade histórica, implícita e EWMA (exponentially weighted moving average), para a mesma relação de comparáveis utilizada no valuation.
- Prazo: 15 anos, conforme definido em contrato.
- Taxa livre de risco: Conforme padrão adotado, em mercado, para operações denominadas em reais curvas de DI-Pré da BM&F na data de 28/02/2028 (10,16%)

Pelas incertezas geradas dentro do modelo ou imprecisão por interferência de variáveis não observadas em mercado, foi aplicada uma análise de sensibilidade com variação de 2% (+/-) em relação ao preço de exercício.

Adicionalmente foi reconhecido na linha de investimento o valor de R\$ 40.000 por conta da obrigação contratual, caso exercida pelo outro acionista, da compra dos 50% das ações remanescentes nas controladas indiretas HSM Educação S.A. e HSM do Brasil S.A. em contrapartida do passivo.

Informações sobre as controladas diretas:

Minas Gerais Educação S.A. - É uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, que tem por objetivo a administração de instituições de terceiro e quarto graus, educação profissional, podendo dedicar-se, ainda, as atividades de treinamento, pesquisas, consultorias e assessorias a empresas públicas e privadas, realizar cursos de extensão, treinamento, cursos à distância, bem como atividades relacionadas à produção, promoção e divulgação cultural, podendo, inclusive, ser proponente de projetos culturais com base nas leis de incentivo à cultura.

Instituto Mineiro de Educação e Cultura - Uni-BH S.A. - É uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, constituída em 15 de maio de 2009, que tem por objeto criar e manter estabelecimento de ensino em nível superior, incluindo cursos livres, de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, extensão universitária, especialização, cursos à distância, bem como a realização de pesquisa, seminários, palestras e eventos culturais visando atingir um elevado grau cultural e educacional em todo o seu território de atuação.

Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A. - É uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Santos, estado de São Paulo, que tem como objeto social a administração de atividades de instituição de ensino de terceiros e quarto graus, educação profissional, podendo dedicar-se, ainda, as atividades de treinamento, pesquisa, consultoria e assessoria a empresas públicas e privadas, realizar cursos de extensão, treinamento, cursos à distância, bem como atividades relacionadas à produção, promoção e divulgação cultural, podendo, inclusive, ser proponente de projetos culturais com base nas leis de incentivo à cultura.

Notas Explicativas

VC Network Educação S.A. - É uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, que tem como objetivo a administração de atividades de instituições de terceiro e quarto graus, educação profissional, podendo dedicar-se, ainda, às atividades públicas e privadas, realizar cursos de extensão, treinamentos, cursos à distância bem como atividades relacionadas à produção, promoção e divulgação cultural, podendo, inclusive ser proponente de projetos culturais com base nas leis de incentivo à cultura e no momento não tem atividades, estando pronta para assumir nova operação que venha a ser adquirida pela Sociedade.

RNE Gestão Patrimonial S.A. - É uma sociedade anônima de capital fechado com fins lucrativos, com sede na cidade de Santos, estado de São Paulo, e tem como objetivo a administração de bens ou ativos que lhe pertençam. A maior parte de seus imóveis é alugada para a parte relacionada Unimonte.

BR Educação Executiva S.A. - É uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Barueri, estado de São Paulo que tem como objetivo a administração de instituições de ensino e auxílio às atividades de apoio à educação.

Informações sobre as controladas indiretas:

UNA Gestão Patrimonial S.A. - Subsidiária integral da controlada MGE, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, tem como objetivo a administração de bens ou ativos que lhe pertençam. Como parte significativa dos imóveis da UNA são utilizados pela parte relacionada MGE nas atividades de educação, a totalidade do ativo é mantida como “Imobilizado”, na rubrica de mesmo nome, nas informações financeiras intermediárias consolidadas.

HSM do Brasil S/A - Sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Barueri, estado de São Paulo cujo objetivo é a edição e impressão de livros, a distribuição de vídeo e de programas de televisão e serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas.

HSM Educação S.A. - Sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo que tem como objetivo ofertar cursos de educação superior (graduação e pós-graduação) além de dar consultorias em gestão empresarial.

HSM Editora S/A. - Sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo cujo objetivo é a edição de livros, o comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações e serviços de informação na internet como portais, provedores de conteúdo e outros.

HSM Marcas Ltda. - Sociedade com sede na cidade de Barueri, estado de São Paulo que visa a gestão de ativos intangíveis não-financeiros, a distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão, além de prestar serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas e cursos de educação superior (graduação e pós-graduação).

Notas Explicativas

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2013	31/12/2012
Condomínio Lagoa dos Ingleses	48	48
Hoper Educação	10	10
Virtual Case Brasil Comércio e Consultoria S.A.	42	42
Ânima Participações Ltda.	<u>2</u>	<u>2</u>
Total	<u>102</u>	<u>102</u>

Os investimentos consolidados referem-se a participações nos quais a Sociedade não possui influência significativa sobre os mesmos e, portanto, não há controle. Estes investimentos são registrados e mantidos ao custo.

	Quantidade de ações possuídas		Quantidade de ações totais	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Controladas diretas:				
IMEC	5.768.479	5.768.479	5.768.479	5.768.479
MGE	8.355.730	8.355.730	8.355.730	8.355.730
VC Network	4.023.145	4.023.145	4.023.145	4.023.145
Unimonte	17.342.376	17.342.376	17.342.376	17.342.376
RNE	22.426.305	22.426.305	22.426.305	22.426.305
BR Educação	62.500.000	-	62.500.000	62.500.000
Controladas indiretas:				
UNA	31.380	31.380	31.380	31.380
HSM do Brasil	989.930	-	1.979.860	1.979.860
HSM Educação	103.282	-	206.564	206.564
HSM Editora	13.354.124	-	26.708.247	26.708.247
HSM Marcas	2.559.567	-	5.119.134	5.119.134

As informações financeiras intermediárias das controladas estão demonstradas a seguir:

	31/03/2013					
	IMEC	MGE	VC Network	Unimonte (**)	BR Educação (*)	RNE (**)
Balanco patrimonial						
Ativo circulante	43.557	71.821	58	5.830	1.161	194
Ativo não circulante	56.725	81.086	-	38.833	23.122	27.822
Passivo circulante	13.472	22.399	-	6.490	125	3.402
Passivo não circulante	63.254	66.589	-	68.741	1.336	16.895
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	23.556	63.919	58	(30.568)	22.822	7.718
Participação não controladores	-	-	-	-	17.617	-
Resultado						
Receita líquida	42.349	53.698	-	8.294	-	488
Custo de serviços prestados	(14.523)	(22.496)	-	(4.514)	-	(33)
Despesas operacionais	(11.191)	(13.430)	(3)	(3.514)	-	(392)
Resultado Financeiro	178	(1.983)	-	(402)	-	(928)
IR/CS diferido	-	-	-	4	-	2
Lucro (prejuízo) do período	<u>16.813</u>	<u>15.789</u>	<u>(3)</u>	<u>(132)</u>	<u>-</u>	<u>(863)</u>

Notas Explicativas

- (*) O saldo do patrimônio líquido da BR Educação, contempla o ágio alocado no valor de R\$10.404, demonstrado no quadro de movimentação do investimento na controladora.
- (**) O lucro do período apresentado acima não contempla os valores referentes aos resultados não realizados na RNE de R\$229 e na Unimonte de R\$7.660, conforme descrito no quadro da reconciliação do patrimônio líquido demonstrado abaixo.

31/12/2012						
	IMEC	MGE	VC Network	Unimonte	BR Educação	RNE
Balanco patrimonial						
Ativo circulante	20.082	33.384	69	5.798	-	206
Ativo não circulante	54.066	73.186	-	37.702	-	27.711
Passivo circulante	18.979	23.157	8	5.440	-	3.019
Passivo não circulante	44.078	35.283	-	71.144	-	16.317
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	11.091	48.130	61	(33.076)	-	8.581
Resultado						
Receita líquida	123.802	170.350	-	29.554	-	1.995
Custo de serviços prestados	(70.064)	(99.839)	-	(20.565)	-	-
Despesas operacionais	(34.009)	(41.849)	(145)	(18.935)	-	(1.119)
Resultado financeiro	1.618	(2.930)	(1)	(3.040)	-	(2.607)
IR/CS diferido	-	-	-	18	-	7
Lucro (prejuízo) do exercício	<u>21.347</u>	<u>25.732</u>	<u>(146)</u>	<u>(12.968)</u>	<u>-</u>	<u>(1.724)</u>

A demonstração da evolução do patrimônio líquido (passivo a descoberto) das controladas é como segue:

	IMEC	MGE	VC Network	Unimonte	BR Educação	RNE
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>11.091</u>	<u>48.130</u>	<u>61</u>	<u>(33.076)</u>	<u>-</u>	<u>8.581</u>
Lucro (prejuízo do período)	16.813	15.789	(3)	(132)	-	(863)
Aumento de capital	-	-	-	2.640	-	-
Aquisição Participação	-	-	-	-	22.822	-
Distribuição de dividendos	<u>(4.348)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de março de 2013	<u>23.556</u>	<u>63.919</u>	<u>58</u>	<u>(30.568)</u>	<u>22.822</u>	<u>7.719</u>

Notas Explicativas

Segue abaixo a reconciliação do patrimônio líquido (passivo a descoberto) das controladas e o investimento na controladora:

	<u>IMEC</u>	<u>MGE</u>	<u>VC Network</u>	<u>Unimonte</u>	<u>BR Educação</u>	<u>RNE</u>
Patrimônio líquido em 31 de março de 2013	23.556	63.919	58	(30.568)	22.822	7.718
Resultado não realizado (a)	-	-	-	(7.660)	-	229
Total	<u>23.556</u>	<u>63.919</u>	<u>58</u>	<u>(38.228)</u>	<u>22.822</u>	<u>7.947</u>
% de participação	<u>100%</u>	<u>100%</u>	<u>100%</u>	<u>100%</u>	<u>100%</u>	<u>100%</u>
Investimento na controladora em 31 de março de 2013	<u>23.556</u>	<u>63.919</u>	<u>58</u>	<u>(38.228)</u>	<u>22.822</u>	<u>7.947</u>

	<u>IMEC</u>	<u>MGE</u>	<u>VC Network</u>	<u>Unimonte</u>	<u>BR Educação</u>	<u>RNE</u>
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012	11.091	48.130	61	(33.076)	-	8.581
Resultado não realizado (a)	-	-	-	(7.660)	-	229
Total	<u>11.091</u>	<u>48.130</u>	<u>61</u>	<u>(40.736)</u>	<u>-</u>	<u>8.810</u>
% de participação	<u>100%</u>	<u>100%</u>	<u>100%</u>	<u>100%</u>	<u>0%</u>	<u>100%</u>
Investimento na controladora em 31 de dezembro de 2012	<u>11.091</u>	<u>48.130</u>	<u>61</u>	<u>(40.736)</u>	<u>-</u>	<u>8.810</u>

(a) Refere-se à venda de imóvel da Unimonte para a RNE pelo valor da avaliação patrimonial baseada em laudo técnico e que diferiu do valor histórico contábil. O imóvel permanece na RNE como disponível para venda conforme descrito na nota explicativa nº 9.

A movimentação dos investimentos em controladas no período findo em 31 de março de 2013 e exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é apresentada como segue:

	Controladora (BR GAAP)							Obrigações por aquisição	Valor justo alocado	Ágio	Total
	IMEC	MGE	VC Network	Unimonte	RNE	BR Educação	Outros				
Saldo final em 31 de dezembro de 2011	3.334	20.157	(1.847)	(27.464)	11.784	-	89	-	25.169	29.825	61.047
Aumento de capital	-	6.275	3.150	16.000	-	-	-	-	-	-	25.425
Aquisição de participação	-	51.073	548	502	573	-	-	-	-	-	52.696
(Ágio) deságio em transações de capital	-	(39.107)	(1.644)	(16.806)	116	-	-	-	-	-	(57.441)
Resultado de equivalência patrimonial	21.347	25.732	(146)	(12.968)	(1.724)	-	-	-	-	-	32.241
Distribuição de dividendos	(1.722)	(16.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.722)
Dividendos intermediários de 2012	(11.868)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.868)
Variação de percentual de participação	-	-	-	-	(1.939)	-	-	-	-	-	(1.939)
Amortização do valor justo alocado	-	-	-	-	-	-	-	-	(789)	-	(789)
Baixa de investimentos	-	-	-	-	-	-	(82)	-	-	-	(82)
Saldo final em 31 de dezembro de 2012	11.091	48.130	61	(40.736)	8.810	-	7	-	24.380	29.825	81.568
Obrigação por aquisição de controladas	-	-	-	-	-	-	-	40.000	-	-	40.000
Aquisição de participação	-	-	-	-	-	22.822	-	-	10.404	22.043	55.269
	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	4
Resultado de equivalência patrimonial	16.813	15.789	(3)	(132)	(863)	-	-	-	-	-	31.604
Aumento de capital	-	-	-	2.640	-	-	-	-	-	-	2.640
Distribuição de dividendos	(4.348)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.348)
Saldo em 31 de março de 2013	23.556	63.919	58	(38.228)	7.947	22.822	11	40.000	34.784	51.868	206.737

Notas Explicativas

13. IMOBILIZADO

		Controladora (BR GAAP)			
		31/03/2013			31/12/2012
	Taxas anuais de depreciação	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	397	(39)	358	366
Instalações	10%	7	(1)	6	2
Máquinas e equipamentos	10%	196	(28)	168	154
Móveis e utensílios	10%	445	(78)	367	269
Computadores e periféricos	20%	1.035	(457)	578	442
Veículos	20%	63	(13)	50	53
Equipamentos de audiovisual	20%	76	(19)	57	56
Imobilizado em andamento		<u>294</u>	<u>-</u>	<u>294</u>	<u>247</u>
Total		<u>2.513</u>	<u>(635)</u>	<u>1.878</u>	<u>1.589</u>

		Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
		31/03/2013			31/12/2012
	Taxas anuais de depreciação	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	1,54 a	18.041	-	18.041	18.041
Edificações	2.08% (*)	55.527	(4.795)	50.732	50.977
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	28.010	(8.156)	19.854	17.276
Instalações	10%	6.074	(3.273)	2.801	2.870
Máquinas e equipamentos	10%	15.687	(9.099)	6.588	6.167
Móveis e utensílios	10%	19.882	(13.024)	6.858	4.138
Computadores e periféricos	20%	17.222	(12.224)	4.998	3.227
Veículos	20%	96	(28)	68	72
Biblioteca e videoteca	10%	12.919	(6.849)	6.070	5.917
Equipamentos de audiovisual	20%	3.912	(2.986)	926	901
Imobilizado em andamento		6.089	-	6.089	2.136
Outros		<u>10</u>	<u>(10)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total		<u>183.469</u>	<u>(60.444)</u>	<u>123.025</u>	<u>111.722</u>

(*) Os bens registrados no imobilizado estão concentrados na taxa de 1,82% ao ano de depreciação.

Notas Explicativas

Segue abaixo a movimentação da controladora:

	Controladora (BR GAAP)				
	Saldo líquido				Saldo líquido em
	em 31/12/2012	Adições	Depreciações	Transferências	31/03/2013
Benfeitorias em imóveis de terceiros	366	1	(9)	-	358
Instalações	2	4	-	-	6
Máquinas e equipamentos	154	18	(4)	-	168
Móveis e utensílios	269	107	(9)	-	367
Computadores e periféricos	442	180	(44)	-	578
Veículos	53	-	(3)	-	50
Equipamentos de audiovisual	56	2	(1)	-	57
Imobilizado em andamento	247	47	-	-	294
Total	1.589	359	(70)	-	1.878

	Controladora (BR GAAP)				Saldo líquido em 31/12/2012
	Saldo líquido	Adições	Depreciações	Transferências	
	em 31/12/2011			(i)	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	66	308	(8)	-	366
Instalações	3	-	(1)	-	2
Máquinas e equipamentos	90	76	(12)	-	154
Móveis e utensílios	182	110	(23)	-	269
Computadores e periféricos	422	175	(159)	4	442
Veículos	14	45	(6)	-	53
Equipamentos de audiovisual	25	41	(10)	-	56
Imobilizado em andamento	<u>-</u>	<u>247</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>247</u>
Total	<u>802</u>	<u>1.102</u>	<u>(219)</u>	<u>4</u>	<u>1.589</u>

(i) Transferências realizadas para a rubrica intangível para melhor apresentação dos ativos.

Segue abaixo a movimentação do consolidado:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)						Saldo líquido em 31/03/2013
	Saldo líquido em	Adições	Baixas	Depreciações	Transf.	Combinação	
	31/12/2012					de negócios (i)	
Terrenos	18.041	-	-	-	-	-	18.041
Edificações	50.977	-	-	(245)	-	-	50.732
Benfeitorias em imóveis de terceiros	17.276	-	(12)	(577)	-	3.167	19.854
Instalações	2.870	19	-	(125)	-	37	2.801
Máquina e equipamentos	6.167	645	(43)	(272)	-	91	6.588
Móveis e utensílios	4.138	778	-	(220)	-	2.162	6.858
Computadores e periféricos	3.227	1.521	(1)	(291)	-	542	4.998
Veículos	72	-	-	(4)	-	-	68
Biblioteca e videoteca	5.917	375	-	(222)	-	-	6.070
Equipamentos de audiovisual	901	119	(9)	(85)	-	-	926
Imobilizado em andamento	<u>2.136</u>	<u>3.953</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.089</u>
Total	<u>111.722</u>	<u>7.410</u>	<u>(65)</u>	<u>(2.041)</u>	<u>-</u>	<u>5.999</u>	<u>123.025</u>

(i) As adições identificadas na coluna de “Combinação de negócios” referem-se às adições decorrentes da combinação de negócios descrita nota explicativa nº 5.

Notas Explicativas

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					Saldo líquido em 31/12/2012
	Saldo líquido em 31/12/2011	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências (ii)	
Terrenos	18.041	-	-	-	-	18.041
Edificações	51.939	-	-	(962)	-	50.977
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11.093	-	-	(1.740)	7.923	17.276
Instalações	3.326	67	-	(505)	(18)	2.870
Máquina e equipamentos	5.158	2.064	-	(1.074)	19	6.167
Móveis e utensílios	3.696	1.243	-	(896)	95	4.138
Computadores e periféricos	2.493	1.820	(2)	(1.089)	5	3.227
Veículos	46	45	(2)	(17)	-	72
Biblioteca e videoteca	4.510	2.210	-	(806)	3	5.917
Equipamentos de audiovisual	534	700	-	(333)	-	901
Imobilizado em andamento (i)	1.695	8.463	-	-	(8.022)	2.136
Outros	9	-	-	-	(9)	-
Total	102.540	16.612	(4)	(7.422)	(4)	111.722

- (i) O imobilizado em andamento refere-se aos desembolsos efetuados pela Sociedade na construção e ampliação de suas unidades de ensino.
- (ii) Transferências realizadas para a rubrica intangível para melhor apresentação dos ativos.

A Sociedade e suas controladas revisaram a vida útil dos seus ativos e concluiu que as taxas de depreciação e amortização utilizadas são condizentes com as suas operações e refletem adequadamente a vida útil desses ativos.

Nas datas de fechamento das informações financeiras intermediárias, a Administração entendeu que os itens do ativo imobilizado não possuem evidência de que os custos registrados são maiores que os seus valores de recuperação, conforme IAS 36 (correspondente ao Pronunciamento Técnico CPC 01(R1)).

As principais adições estão relacionadas às imobilizações em andamento relativas à expansão dos *Campi*. Posteriormente, após a conclusão das obras, os valores serão transferidos para a conta de benfeitorias em imóveis de terceiros e começarão a sofrer depreciação.

Ativos cedidos em garantia

A Sociedade e suas controladas possuem parte de seus ativos imobilizados dados em garantia em processos judiciais. Foram cedidas as edificações do Grupo com valor contábil de aproximadamente R\$50.732 (R\$50.977 em 31 de dezembro de 2012) para tais processos.

As máquinas e equipamentos adquiridos através de Finame contratado junto ao Banco do Brasil, com valor contábil de aproximadamente R\$435 (R\$452 em 31 de dezembro de 2012) foram cedidos em garantia para estes empréstimos a título de hipoteca. O Grupo não tem permissão de ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos ou vende-los a outra empresa.

Notas Explicativas

14. INTANGÍVEL

	Taxa de amortização	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
		31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Softwares (a)	20%	2.404	2.224	19.945	9.981
Carteira de clientes (d)	33%	-	-	6.584	2.368
Direitos autorais	10%	-	-	18	18
<i>Mailing list</i>		-	-	422	-
Amortização acumulada		<u>(1.014)</u>	<u>(902)</u>	<u>(12.078)</u>	<u>(9.180)</u>
		1.390	1.322	14.891	3.187
Marcas e patentes (b)		-	-	86.343	27.184
Ágio - rentabilidade futura (c)		-	-	70.433	29.825
Total		<u>1.390</u>	<u>1.322</u>	<u>171.667</u>	<u>60.196</u>

(a) Refere-se principalmente a softwares adquiridos e gastos com desenvolvimento de softwares integrados de gestão da Sociedade e de suas controladas amortizados à taxa de 20% ao ano.

(b) Refere-se a valores pagos pela aquisição das marcas “UNA”, “UNI-BH” e “HSM”, para as quais a Sociedade possui o direito de manutenção (credenciamento concedido pelo Ministério da Educação, que credencia o funcionamento das instituições de ensino superior) através de suas investidas.

(c) Refere-se à parte do ágio pago na aquisição da manutenção do Centro Universitário de Belo Horizonte - UNI-BH e aquisição da BR Educação Executiva S.A, que inclui a manutenção da HSM Educação, alocado como rentabilidade futura, conforme laudo de avaliação. Conforme critérios definidos pela Interpretação Técnica ICPC 09, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura registrado na controladora, deve ser reclassificado para o intangível nas informações financeiras intermediárias consolidadas.

(d) Refere-se à parte da carteira de clientes pago na aquisição da manutenção do Centro Universitário de Belo Horizonte - UNI-BH e na aquisição da manutenção da UNA Betim.

A movimentação da controladora é:

	Controladora (BR GAAP)				Saldo líquido em 31/03/2013
	Saldo líquido em 31/12/2012	Adições	Amortização	Transferências	
Softwares	<u>1.322</u>	<u>181</u>	<u>(113)</u>	<u>-</u>	<u>1.390</u>
Total	<u>1.322</u>	<u>181</u>	<u>(113)</u>	<u>-</u>	<u>1.390</u>

	Controladora (BR GAAP)				Saldo líquido em 31/12/2012
	Saldo líquido em 31/12/2011	Adições	Amortização	Transferências (i)	
Softwares	<u>1.307</u>	<u>411</u>	<u>(392)</u>	<u>(4)</u>	<u>1.322</u>
Total	<u>1.307</u>	<u>411</u>	<u>(392)</u>	<u>(4)</u>	<u>1.322</u>

(i) Transferência realizada para a rubrica imobilizado para melhor apresentação do ativo.

Notas Explicativas

O quadro abaixo demonstra a movimentação do consolidado:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					Saldo líquido em 31/03/2013
	Saldo líquido em 31/12/2012	Adições	Baixas	Amortização	Adição proveniente das adquiridas	
Ágio - rentabilidade futura	29.825	-	-	-	40.608	70.433
Marcas e patentes	27.184	-	-	-	59.159	86.343
Softwares	3.180	254	-	(273)	7.307	10.468
Carteira de clientes	-	4.190	-	(233)	26	3.983
<i>Mailing list</i>	-	-	-	-	422	422
Direitos autorais	<u>7</u>	<u>11</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>18</u>
Total	<u>60.196</u>	<u>4.455</u>	<u>-</u>	<u>(506)</u>	<u>107.522</u>	<u>171.667</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					Saldo líquido em 31/12/2012
	Saldo líquido em 31/12/2011	Adições	Baixas	Amortização	Transferências (i)	
Softwares	2.951	1.260	-	(1.026)	(5)	3.180
Carteira de clientes	789	-	-	(789)	-	-
Marcas e patentes	27.184	-	-	-	-	27.184
Ágio - rentabilidade futura	29.825	-	-	-	-	29.825
Direitos autorais	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2)</u>	<u>9</u>	<u>7</u>
Total	<u>60.749</u>	<u>1.260</u>	<u>-</u>	<u>(1.817)</u>	<u>4</u>	<u>60.196</u>

(i) Refere-se a transferência do ativo imobilizado para melhor apresentação.

14.1 Alocação do Ágio às Unidades Geradoras de Caixa

O ágio e marcas foram alocados, para fins de teste de redução ao valor recuperável, às Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”), identificadas de acordo com o segmento operacional, conforme detalhado abaixo:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2013	31/12/2012
Ensino superior	54.205	54.205
Vertical de gestão	<u>99.767</u>	<u>-</u>
Total	<u>153.972</u>	<u>54.205</u>

Em 31 de dezembro de 2012, os ágios, marcas e patentes foram submetidos ao teste de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) e não foi identificada necessidade de ajustes aos valores.

A metodologia utilizada na avaliação foi a do fluxo de caixa descontado (rentabilidade futura), determinando às UGCs pela Sociedade, para avaliar a recuperação dos ágios, marcas e patentes, que correspondem a cada uma das unidades. O cálculo considera cinco anos de projeção de fluxo explícito, adicionando um valor de perpetuidade com crescimento de 5 % ao ano. A taxa média de desconto considerada para os testes de *impairment* foi de 13,88% a.a (média entre Selic e inflação projetada).

Notas Explicativas

14.2 Intangíveis identificados em aquisições

Parte dos ágios pagos na aquisição de controladas foi alocada a ativos intangíveis identificáveis de vida útil definida e indefinida, após análise dos ativos adquiridos e cálculo de projeção de resultado, conforme demonstrado abaixo:

		Controladora (BR GAAP)		
		31/03/2013		
	Carteira de clientes (i)		Ágio (ii)	Marca (ii)
	Custo	Amortização acumulada	Custo	Custo
IMEC (a)	2.368	(2.368)	29.825	24.380
BR Educação	-	-	40.608	59.159
(b)				
	2.368	(2.368)	70.433	83.539
				Total
				54.205
				99.767
				153.972

		Controladora (BR GAAP)		
		31/12/2012		
	Carteira de clientes (i)		Ágio (ii)	Marca (ii)
	Custo	Amortização acumulada	Custo	Custo
IMEC (a)	2.268	(2.368)	29.825	24.380
	2.268	(2.368)	29.825	24.380
				Total
				54.205
				54.205

(i) Ativos intangíveis com vida útil estimada em até três anos.

(ii) Ativos intangíveis de vida útil indefinida e sujeitos a testes anuais de recuperação.

(a) Refere-se à diferença entre o valor da consideração entregue da compra do Uni-BH (R\$61.376), o qual foi reduzido pelo ajuste dos títulos a pagar de longo prazo no montante de R\$3.366, e o montante líquido atribuído ao acervo contábil adquirido (R\$1.437), em decorrência da assunção da manutenção do Uni-BH conforme promessa de cessão de direitos firmado em fevereiro de 2009. Os valores foram mensurados como segue:

- Carteira de clientes: obtidos mediante os saldos das projeções do Fluxo de Caixa Descontado, para triênio 2010 a 2012.
- Rentabilidade futura: obtidas mediante a relação estabelecida entre a média VF/alunos matriculados decorrentes das transações de empresas brasileiras de educação superior, multiplicada pela quantidade de alunos do Uni-BH na data da operação.
- Marcas: Para a avaliação do direito de uso da marca foi utilizada a abordagem da renda ("Income approach") e do método dos royalties evitados ("Relief from royalties"), devido à possibilidade de se calcular o valor dos royalties que seriam pagos teoricamente em um aluguel dessa marca.

Notas Explicativas

Foram apurados para o ágio referente a aquisição da controlada IMEC o ajuste a valor presente no valor de R\$3.366 reduzindo o valor do ágio registrado na rubrica “Investimentos” na controladora e na rubrica “Intangível no consolidado.

- (b) Ágio por expectativa de rentabilidade futura e mais valia da combinação de negócios gerados na aquisição da BR Educação, conforme nota explicativa de investimentos.

15. FORNECEDORES

Composto substancialmente por aluguéis, fornecedores de informática, serviços, materiais de consumo e obras de infraestrutura. Os prazos médios de pagamentos dos fornecedores são de 45 dias. O saldo em aberto com partes relacionadas no período findo em 31 de março de 2013 é de R\$835 na controladora e não havia saldo de partes relacionadas em aberto em 31 de dezembro de 2012.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora (BR GAAP)					
	31/03/2013			31/12/2012		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
HSBC - Capital de giro	1.075	17.195	18.270	1.909	3.500	5.409
Banco Caixa Geral - Capital de giro	-	10.004	10.004	-	-	-
Outros empréstimos	30	-	30	33	19	52
Total	<u>1.105</u>	<u>27.199</u>	<u>28.304</u>	<u>1.942</u>	<u>3.519</u>	<u>5.461</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	31/03/2013			31/12/2012		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Banco do Brasil - Capital de giro	35	30.081	30.116	1.357	418	1.775
HSBC - Capital de giro	2.719	43.496	46.215	8.134	25.967	34.101
Santander - Capital de giro	851	14.907	15.758	2.190	-	2.190
Itaú - Capital de giro	4.224	18.297	22.521	-	20.411	20.411
Itaú - Conta garantida	1.873	-	1.873	-	-	-
Bradesco - Cobrança	1.461	1.168	2.629	-	-	-
Banco Caixa Geral - Capital de giro	-	10.004	10.004	-	-	-
Outros empréstimos	295	230	525	546	557	1.103
Total	<u>11.458</u>	<u>118.183</u>	<u>129.641</u>	<u>12.227</u>	<u>47.353</u>	<u>59.580</u>

As principais condições estabelecidas em contrato foram como segue:

Controladora (BR GAAP)					
Garantias	Taxa média de juros (anual)	Indexador	Data de início	Data de término	
Capital de giro	20% a 50% dos recebíveis de alunos	2,00% a 2,20%	CDI (*)	22/10/2010	26/03/2018

Notas Explicativas

Notas Explicativas

		Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
Garantias		Taxa média de juros (anual)	Indexado r	Datas de início	Datas de término
Capital de giro	20% a 50% dos recebíveis de alunos	1,80% a 2,80%	CDI (*)	22/10/2010	17/12/2019
Capital de giro	20% a 50% dos recebíveis de alunos	17,04 a 17,59%	-	06/02/2013	26/08/2013

(*) Variação do Certificado de Depósito Interbancário.

Os empréstimos e financiamentos referem-se, basicamente, a capital de giro utilizado para financiar as operações da Sociedade e de suas controladas. Em garantia foram oferecidas as mensalidades a receber e aval cruzado entre as empresas do grupo.

A Sociedade e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”), em 31 de março de 2013, conforme segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Liquidez corrente (i)	$\geq 1,0$
Dívida financeira líquida/EBITDA (ii)	$\leq 2,5$ a $\leq 2,75$
EBITDA/Despesa financ. líq. (iii)	$\geq 1,3$

- (i) Liquidez corrente = Ativo circulante menos passivo circulante.
(ii) Dívida Líquida = Somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos menos saldo de caixa e equivalente de caixa.
(iii) EBITDA = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do EBITDA, com algumas variações em relação a fórmula mencionada.

Para o período de três meses findos em 31 de março de 2013, a Sociedade atendeu todas as cláusulas restritivas mencionadas acima. Em 31 de dezembro de 2012 não haviam empréstimos e financiamentos vinculados a covenants.

Os montantes registrados no passivo não circulante para o período de três meses findo em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	31/03/2013		31/03/2013	
	Cronograma de pagamento	Valor nominal	Cronograma de pagamento	Valor nominal
2014	5.100	6.788	20.118	25.719
2015	6.800	8.504	27.815	35.472
2016	6.800	7.909	27.815	33.571
2017	6.800	7.302	27.815	31.647
Após 2017	<u>1.699</u>	<u>1.730</u>	<u>14.620</u>	<u>15.741</u>
Total	<u>27.199</u>	<u>32.233</u>	<u>118.183</u>	<u>142.150</u>

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	31/12/2012		31/12/2012	
	Cronograma de pagamento	Valor nominal	Cronograma de pagamento	Valor nominal
2014	1.918	1.957	16.230	16.647
2015	1.599	1.667	13.646	14.364
2016	2	3	9.024	9.772
Após 2016	-	-	8.453	9.375
Total	<u>3.519</u>	<u>3.627</u>	<u>47.353</u>	<u>50.158</u>

17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E SALÁRIOS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Salários	738	693	7.611	6.957
Provisão de férias	1.227	1.228	3.035	8.190
Provisão de 13º salário	228	-	2.889	-
INSS	241	198	3.953	2.696
FGTS	64	84	877	1.117
Outros	<u>28</u>	<u>3</u>	<u>334</u>	<u>56</u>
Total	<u>2.526</u>	<u>2.206</u>	<u>18.699</u>	<u>19.016</u>

As despesas de salários e encargos estão registradas no resultado do exercício nas rubricas “custo dos serviços prestados” e “despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
IRRF	237	394	2.165	2.602
ISS	16	70	1.117	909
PIS e COFINS	7	105	248	315
Outros	<u>23</u>	<u>31</u>	<u>423</u>	<u>192</u>
Total	<u>283</u>	<u>600</u>	<u>3.953</u>	<u>4.018</u>

Notas Explicativas

19. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2013	31/12/2012
Adiantamentos de alunos (a)	3.990	9.423
Projetos de pesquisa (b)	1.032	564
Assinantes para entrega futura (c)	1.251	-
Faturamento antecipado de clientes (d)	10.442	-
Receitas de publicidade	201	-
Outros	98	-
Total	<u>17.014</u>	<u>9.987</u>
Circulante	<u>17.014</u>	<u>9.987</u>
Não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>

- (a) Referem-se a matrículas e mensalidades de calouros e veteranos recebidas antecipadamente, que serão reconhecidas ao resultado de acordo com o regime de competência e ao crédito Pravalor, um financiamento educacional feito entre os alunos e a empresa financeira Ideal Invest S.A., na modalidade em que o aluno alonga o prazo de pagamento para o dobro do normal reduzindo o valor da parcela mensal. O contrato do crédito é renovado semestralmente entre a Ideal Invest S.A. e o aluno, este perde o vínculo financeiro com a instituição e passa a ter apenas o vínculo com o Pravalor. Sempre que é efetuada uma adesão do serviço ou uma renovação do crédito, o Pravalor faz o repasse antecipado de 90% do valor financiado no semestre do aluno para as controladas MGE, IMEC e Unimonte, que registram esses recebimentos por regime de competência de acordo com a prestação de serviço.

Os recebimentos por conta de matrículas e/ou mensalidades do ano ou semestre letivo são apropriados à receita na medida em que os serviços são prestados.

- (b) Referem-se a adiantamentos para projetos de pesquisas realizados na MGE, Unimonte e IMEC, possuindo a seguinte composição:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2013	31/12/2012
FAPEMIG	342	273
Embaixada Britânica	20	-
CEMIG	560	180
SETTAPORT	50	50
PETROCOQUE	61	61
	<u>1.033</u>	<u>564</u>

Estes adiantamentos referem-se a recursos provenientes de convênios firmados com empresas governamentais para cobertura dos custos na execução dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e capacitação científica e tecnológica. Esses adiantamentos são reconhecidos à medida que esses projetos são incorridos.

Notas Explicativas

- (c) Refere-se à venda de assinaturas anuais de revistas, jornais e outras publicações para entrega futura. Como os itens envolvidos possuem valores semelhantes ao longo do tempo, as receitas são reconhecidas linearmente ao longo do período em que os itens são despachados ao destinatário nas datas pré-estabelecidas.
- (d) Referem-se a recebimentos antecipados de serviços ligados a organização de feiras, congressos e exposições a serem prestados posteriormente ao recebimento. Para esta modalidade as receitas são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados.

20. PARCELAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado	
	(IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2013	31/12/2012
REFIS IV - INSS (a)	3.325	3.581
REFIS IV - IRRF (a)	8.643	8.978
IES - INSS (b)	4.263	4.194
IES - SRF (b)	18.026	17.825
FGTS (c)	3.889	3.999
IRRF (d)	2.997	2.947
ISS	238	254
Total	<u>41.381</u>	<u>41.778</u>
(-) Passivo circulante	(3.414)	(3.076)
Passivo não circulante	37.967	38.702

- (a) REFIS IV- instituído pela Lei nº 11.941/09 e englobou o parcelamento de débitos de INSS e IRPF, atualizados pela SELIC, os quais serão pagos em até 180 meses.

A Administração da Sociedade, considerando o plano de negócios da controlada UNA para os exercícios seguintes, considera não haver problemas futuros quanto à liquidação das obrigações assumidas no REFIS, nos termos da legislação em vigor. As garantias prestadas consideram os imóveis da controlada. As situações de inadimplemento ensejariam no retorno original das dívidas em suas respectivas modalidades e condições.

- (b) Parcelamento IES - A Lei nº 10.260/01, alterada pela Lei 11.552/07, instituiu o parcelamento IES para as mantenedoras de instituições de ensino superior que aderissem ao PROUNI, relativos aos tributos administrados pela RFB, com vencimentos até 31 de dezembro de 2006, atualizado pela SELIC. A controlada UNIMONTE aderiu a esse parcelamento.

Até o período de 3 meses findo em 31 de março de 2013, o processo de consolidação ainda está em andamento. A controlada vem amortizando os valores pré-definidos pela Receita Federal.

- (c) Parcelamento FGTS - Em 31 de dezembro de 2005, a controlada Unimonte negociou débitos atrasados de FGTS, com prazo de 130 meses, a serem pagos em parcelas mensais e consecutivas atualizadas com base na Taxa Referencial - TR, acrescida do percentual de 3% ao ano.

Notas Explicativas

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2009, a controlada IMEC assumiu a dívida de parcelamento do FGTS da antiga mantenedora do Centro Universitário de Belo Horizonte - UNI-BH, a Fundação Cultural de Belo Horizonte, junto à Caixa Econômica Federal. O valor da dívida foi renegociado com prazo de 180 meses, cujo saldo é mensalmente atualizado pela taxa de juros remuneratórios de 3% ao ano + TR. Obedecendo ao respectivo processo, as importâncias pagas relativas a empregados que tenham rescindido ou extinto seu contrato de trabalho são consideradas como recolhimentos antecipados e totalmente deduzidas das parcelas imediatamente seguintes à última parcela liquidada no cronograma.

- (d) IRRF-A controlada IMEC assumiu, em 31 de dezembro de 2009, a dívida de parcelamento do IRRF (REFIS IV) da antiga mantenedora do Centro Universitário de Belo Horizonte - Uni-BH, a Fundação Cultural de Belo Horizonte, cujo saldo foi consolidado junto à Receita Federal em 28 de junho de 2011.

O cronograma de pagamento do montante registrado no passivo não circulante é como segue:

	Cronograma de pagamento	
	31/03/2013	31/12/2012
2014	7.779	7.181
2015	8.476	6.459
2016	8.235	6.151
Após 2016	<u>13.477</u>	<u>18.911</u>
Total	<u>37.967</u>	<u>38.702</u>

21. TÍTULOS A PAGAR

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Obrigações por compra de investimento (a)	40.200	-	40.200	-
Imóveis (b)	-	-	22.204	21.955
Aquisição de ações da MGE (c)	13.000	13.000	13.000	13.000
Aquisição da BR Educação (d)	10.000	-	10.000	-
Instrumento financeiro - Opção de venda (a)	6.690	-	6.690	-
Aquisição da Una Betim (e)	-	-	2.098	-
Outros	-	-	603	-
(-) Ajuste a valor presente (f)	<u>(395)</u>	<u>(551)</u>	<u>(7.130)</u>	<u>(7.623)</u>
Total	<u>69.495</u>	<u>12.449</u>	<u>87.665</u>	<u>27.332</u>
(-) Passivo circulante	(14.852)	(9.746)	(19.129)	(12.407)
Passivo não circulante	54.643	2.703	68.536	14.925

- (a) Detalhes da transação foram descritos na nota explicativa nº 12.

- (b) Referem-se aos valores a pagar relativos à compra de imóveis na cidade de Santos, efetuados pela controlada RNE. Os imóveis foram adquiridos em julho de 2006, pelo valor de R\$30.000, a serem pagos em 16 anos, corrigidos a cada 36 parcelas pelo índice de variação do INPC, que não prevê a incidência de juros.

Notas Explicativas

- (c) Referem-se à aquisição de 775.072 ações da controlada MGE, sendo que R\$5.000 foram pagos em 20 de junho de 2013, sem qualquer correção, R\$5.000 serão pagos até 20 de dezembro de 2013, corrigidos pelo IGP-M/FGV, e R\$3.000 serão pagos até 20 de junho de 2014, livres de qualquer correção.
- (d) Referem-se à aquisição das ações da BR Educação, sendo que R\$5.000 serão pagos em fevereiro de 2014 e R\$ 5.000 serão pagos em fevereiro de 2015. Os valores mencionados serão corrigidos monetariamente a partir da data do fechamento até a data do efetivo pagamento, de acordo com a variação do CDI durante o período.
- (e) Referem-se à aquisição da manutenção da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Betim (UNIPAC Betim). Esta manutenção foi adquirida em 06 de fevereiro de 2013 pelo valor de R\$4.190, R\$ 2.000 foram pagos na data de assinatura do contrato e o montante de R\$2.190 serão pagos até 15 de fevereiro de 2015 em 24 parcelas mensais corrigidas pelo IGP-M/FGV.
- (f) Ajuste a valor presente

O cálculo do valor presente foi efetuado para os compromissos a pagar de longo prazo com o propósito de reconhecimento inicial e com base em cada transação e com uma taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A diferença entre o valor presente e o valor nominal a pagar da transação é considerada despesa financeira e está sendo apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

Em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 12, as operações acima mencionadas que estão sujeitas a reajustes somente por inflação ou que não tem correção alguma, são ajustadas ao seu valor presente com base no custo médio de captação da Sociedade, sendo os custos financeiros do valor presente pelo período remanescente das aquisições apropriado ao resultado, na rubrica “Despesas financeiras”, à medida que transcorrem os períodos de competência. A taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor presente dos títulos referentes aos imóveis adquiridos pela RNE é de 7,25% a.a. e referente à aquisição da manutenção do Uni-BH a é de 5,35% a.a.. Para os demais títulos foi utilizada a taxa de 10,50% a.a. relativa a média dos empréstimos obtidos na data da aquisição dos bens.

Os valores a pagar no longo prazo estão assim distribuídos:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
2014	2.753	2.703	5.050	4.092
2015	5.000	-	7.669	2.337
2016	-	-	4.394	6.310
De 2017 a 2022	-	-	4.533	2.186
Outros (*)	46.890	-	46.890	-
Total	<u>54.643</u>	<u>2.703</u>	<u>68.536</u>	<u>14.925</u>

- (*) Este valor refere-se aos títulos a pagar decorrentes da opção de venda e da compra da participação na BR Educação, visto que o pagamento ocorrerá até 2.028, conforme descrito na nota de investimentos.

Notas Explicativas

Vencimentos de longo prazo

Os valores com vencimento a longo prazo para os compromissos consolidados bem como a realização do ajuste a valor presente serão exigidos nos seguintes anos-calendário:

	Consolidado 31/03/2013 (IFRS e BR GAAP)		
	Títulos a pagar	Ajuste a valor presente	Valor líquido
Anos			
2014	6.391	(1.342)	5.049
2015 - 2022	22.385	(5.788)	16.597
Outros	<u>46.890</u>	<u>-</u>	<u>46.890</u>
Total	<u>75.666</u>	<u>(7.130)</u>	<u>68.536</u>

	Consolidado 31/12/2012 (IFRS e BR GAAP)		
	Títulos a pagar	Ajuste a valor presente	Valor líquido
Anos			
2014	5.773	(1.681)	4.092
2015 - 2022	<u>16.775</u>	<u>(5.942)</u>	<u>10.833</u>
Total	<u>22.548</u>	<u>(7.623)</u>	<u>14.925</u>

22. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

A Sociedade e suas controladas são partes envolvidas em ações judiciais decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis.

A Administração acompanha o desenvolvimento desses processos e, com base na opinião de seus assessores legais (internos e externos) e políticas internas, para todos aqueles processos nos quais a probabilidade de perda é avaliada como provável, é constituída provisão para riscos, incluindo principal e encargos. Esta provisão é considerada pela Administração como suficiente para cobrir prováveis perdas.

	Controladora (BR GAAP)			
	Depósitos judiciais		Provisão para riscos	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Provisões trabalhistas (a)	-	-	1.654	1.541
Provisões tributárias (b)	-	-	1.008	1.151
Provisões cíveis (c)	<u>25</u>	<u>18</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>25</u>	<u>18</u>	<u>2.662</u>	<u>2.692</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Depósitos judiciais		Provisão para riscos	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Provisões trabalhistas (a)	2.139	2.845	38.855	36.775
Provisões tributárias (b)	678	671	7.661	7.429
Provisões cíveis (c)	<u>6.383</u>	<u>7.318</u>	<u>5.735</u>	<u>6.058</u>
Total	<u>9.200</u>	<u>10.834</u>	<u>52.251</u>	<u>50.262</u>

(a) As provisões trabalhistas são constituídas tendo por base a análise individual das ações, dos pedidos constantes em cada uma das reclamações, bem como uma análise jurisprudencial

Notas Explicativas

atualizada das causas, e referem-se, principalmente, a questionamentos, nas esferas administrativa e judicial, de iniciativa de funcionários, ex-funcionários, prestadores de serviços ou de autoridades públicas, de horas extras, equiparação salarial, redução salarial, encargos sociais e interpretação da legislação trabalhista quanto à existência de vínculo empregatício.

(b) As provisões para riscos de natureza tributária referem-se principalmente aos riscos de futuras lides com o fisco referente à discussões e interpretações da legislação tributária vigente, nas esferas administrativa e judicial.

(c) As provisões cíveis referem-se principalmente a:

- Ações movidas por ex-alunos de mestrado da controlada Unimonte no valor de R\$ 2.770 (R\$3.073 em 31 de dezembro de 2012), pleiteando indenização em função da indefinição ocorrida em anos anteriores com referência ao reconhecimento dos cursos ministrados pela Sociedade pelo Ministério da Educação ("MEC"). Em 2008, o MEC efetuou o reconhecimento de tais cursos, mas a Unimonte não podia mais demonstrar tempestivamente esse fato em parte dessas ações por conta da adiantada fase processual em que se encontravam, maximizando o risco de perda.
- Processos de natureza cível, de naturezas diversas, tais como discordância de alunos e ex-alunos quanto a cláusulas do contrato de ensino, cobrança / restituição de matrícula, cláusula indenizatória e danos morais, para os quais a Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso no valor de, aproximadamente, R\$ 1.675 (R\$1.630 em 31 de dezembro de 2012).

A movimentação das provisões da controladora foi como segue:

	<u>31/12/2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/03/2013</u>
Trabalhista	1.541	95	-	(7)	25	1.654
Tributária	<u>1.151</u>	<u>-</u>	<u>(255)</u>	<u>-</u>	<u>112</u>	<u>1.008</u>
Total	<u>2.692</u>	<u>95</u>	<u>(255)</u>	<u>(7)</u>	<u>137</u>	<u>2.662</u>

	<u>31/12/2011</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/12/2012</u>
Trabalhista				126	
(a)	1.175	286	(46)		1.541
Tributária (b)	<u>892</u>	<u>252</u>	<u>-</u>	<u>7</u>	<u>1.151</u>
Total	<u>2.067</u>	<u>538</u>	<u>(46)</u>	<u>133</u>	<u>2.692</u>

Notas Explicativas

A movimentação das provisões do consolidado foi como segue:

	31/12/2012	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização	Adição proveniente das adquiridas	31/03/2013
Trabalhistas (a)	36.775	3.961	-	(2.321)	426	14	38.855
Tributárias (b)	7.429	-	(1)	-	233	-	7.661
Cíveis (c)	<u>6.058</u>	<u>250</u>	<u>(182)</u>	<u>(391)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.735</u>
Total	<u>50.262</u>	<u>4.211</u>	<u>(183)</u>	<u>(2.712)</u>	<u>659</u>	<u>14</u>	<u>52.251</u>

	31/12/2011	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização	31/12/2012
Trabalhistas (a)	25.432	12.520	(2.622)	(958)	2.403	36.775
Tributárias (b)	5.086	2.075	(100)	-	368	7.429
Cíveis (c)	<u>4.099</u>	<u>4.020</u>	<u>(541)</u>	<u>(1.520)</u>	<u>-</u>	<u>6.058</u>
Total	<u>34.622</u>	<u>18.615</u>	<u>(3.263)</u>	<u>(2.478)</u>	<u>2.771</u>	<u>50.262</u>

Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas são partes em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos, não constituiu provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, por entenderem que os riscos de perda são possíveis, conforme abaixo:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2013	31/12/2012
Trabalhistas	3.316	3.255
Tributária	20.489	11.710
Cíveis	<u>14.377</u>	<u>15.789</u>
Total	<u>38.182</u>	<u>30.714</u>

Os processos trabalhistas cujo risco de perda é possível referem-se, principalmente, a questionamentos de iniciativa de funcionários, ex-funcionários, prestadores de serviços, de horas extras, equiparação salarial, redução salarial, encargos sociais e interpretação da legislação trabalhista quanto à existência de vínculo empregatício.

Os processos tributários cujo risco de perda é possível referem-se a ações relacionadas à cobrança de contribuições tributárias no período em que a controlada Unimonte era uma empresa sem fins lucrativos e usufruía de imunidade tributária. Os assessores jurídicos da Unimonte entendem que o risco de perda para essas cobranças é possível.

Os processos cíveis cujo risco de perda é possível referem-se a:

- Ações movidas por ex-alunos de mestrado da controlada Unimonte, pleiteando indenização em função da indefinição ocorrida em anos anteriores com referência ao reconhecimento dos cursos ministrados pela Unimonte pelo Ministério da Educação ("MEC") no valor de R\$ 2.133 (R\$2.889 em 31 de dezembro de 2012). Em 2008, o MEC efetuou o reconhecimento de tais cursos, e a Sociedade demonstrou, tempestivamente, esse fato em parte dessas ações, minimizando o risco de perda nas mesmas.

Notas Explicativas

- Ações movidas por ex-alunos de graduação de educação física no valor de R\$1.287 (R\$1.309 em 31 de dezembro de 2012) em função dos impactos que estes sofreram com o encerramento do curso por parte da controlada Unimonte. Os assessores jurídicos da Unimonte entendem que o risco de perda é possível devido a ela ter prestado aos ex-alunos a assistência necessária quando da transferência destes para outra instituição de ensino.
- Processos de naturezas diversas no valor de R\$8.349 (R\$4.156 em 31 de dezembro de 2012), relacionados com a discordância de alunos e ex-alunos quanto a cláusulas do contrato de ensino, cobrança / restituição de matrícula e cláusula indenizatória.
- A controlada Unimonte está discutindo judicialmente o valor de R\$2.608 (R\$2.608 em 31 de dezembro de 2012) referente a multa contratual pela rescisão do contrato de aluguel do antigo campus Senador Feijó. O fundamento do pedido é a onerosidade excessiva, que tanto a continuidade, quanto a penalidade pelo término antecipado ocasionariam, caso tivessem que ser honrados. Os assessores jurídicos da Unimonte entendem que o risco de perda é possível devido a discussão estar sustentada pelo princípio da função social do contrato.

Os assessores jurídicos da Sociedade e de suas controladas acompanham permanentemente a situação desses riscos, revisando seus prognósticos em relação ao desfecho final dessas sentenças, quando necessário.

Os processos cíveis cujo risco de perda é possível referentes a empresa HSM do Brasil S.A. referem-se a:

Encontra-se em andamento ações indenizatórias de natureza cível e movidas contra a Companhia e que, de acordo com a avaliação da Administração, consubstanciada nos assessores jurídicos da Companhia, deverão ser julgadas improcedentes. Essas ações estão substancialmente representadas pelo valor de R\$498 referente ao pedido de esclarecimentos a respeito de comercialização de banco de dados pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, que está em tramitação desde novembro de 2002, e no momento está aguardando arquivamento dos autos por prescrição intercorrente. Conforme relatório dos assessores jurídicos, o prognóstico de perda é considerado possível e, por esse motivo, não foram constituídas provisões.

Os depósitos judiciais, assim como as provisões para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis, são atualizados pelos índices oficiais determinados para sua correção.

A movimentação dos depósitos judiciais da controladora foi como segue:

	31/12/2012	Adições	Baixas	Atualização	31/03/2013
Cíveis	<u>18</u>	<u>7</u>	=	=	<u>25</u>
Total	<u>18</u>	<u>7</u>	=	=	<u>25</u>

A movimentação dos depósitos judiciais do consolidado foi como segue:

	31/12/2012	Adições	Baixas	Atualização	Reversão	31/3/2013
Trabalhistas	5.356	199	(460)	-	(289)	4.806
Tributárias	671	-	-	7	-	678
Cíveis	<u>4.807</u>	<u>41</u>	<u>(879)</u>	=	<u>(253)</u>	<u>3.716</u>
Total	<u>10.834</u>	<u>240</u>	<u>(1.339)</u>	<u>7</u>	<u>(542)</u>	<u>9.200</u>

Notas Explicativas

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, para o período de três meses findo em 31 de março de 2013, é composto por 1.759.948 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondente a R\$ 117.881 (no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 composto por 1.710.669 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondente a R\$89.789). A composição acionária da Sociedade para o período findo em 31 de março de 2013 e exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é como segue:

	Ações Ordinárias	
	31/03/2013	31/12/2012
BR Educacional Fundo de Investimento em Participações	537.518	488.239
Daniel Faccini Castanho	410.352	410.352
Marcelo Battistella Bueno	262.070	262.070
Rômulo Faccini Castanho	175.865	175.865
Maurício Nogueira Escobar	91.699	91.699
Ignácio Dauden Martinez	58.065	58.065
Átila Simões da Cunha	50.878	50.878
Flávio Korn	48.330	48.330
Gabriel Ralston Correia Ribeiro	24.836	24.836
Leonardo Barros Haddad	24.450	24.450
Rodrigo Rossetto Dias Ramos	23.248	23.248
Ricardo Cançado Gonçalves de Souza	18.948	18.948
Fabício Ghinato Manieri	12.565	12.565
Rivadavia Correa Drummond de Alvarenga Neto	2.549	2.549
Eduardo Shimahara	1.015	1.015
Total de ações em circulação	1.742.388	1.693.109
Ações em tesouraria	17.560	17.560
Total geral de ações	1.759.948	1.710.669

Em 13 de abril de 2012, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Sociedade aprovaram o aumento do capital social da Sociedade em R\$95.000 mediante o ingresso do acionista BR Educacional Fundo de Investimento em Participações, emitindo 451.242 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal ao preço de R\$210,53 por ação, fixado com base no artigo 170, parágrafo 1º, I, da lei das sociedades por ações.

Em 23 de março de 2013, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Sociedade aprovaram o aumento de capital da sociedade em R\$28.092 o qual foi integralizado somente pela acionista BR Educacional Fundo de Investimento em Participações, emitindo 49.279 novas ações ordinárias ao preço de R\$570,06 por ação, fixado com base no artigo 170, parágrafo 1º, I, da lei das sociedades por ações. Desta forma, o capital social passou para R\$117.781, dividido em 1.759.948 ações ordinárias e sem valor nominal.

b) Ações em tesouraria

Em 10 de outubro de 2012, a Sociedade recomprou 17.560 ações ordinárias, no montante de R\$3.822, a um custo médio unitário de R\$217,65. Tais ações permanecem em tesouraria no período de três meses findo em 31 de março de 2013 e não dão direito a votos e recebimento de dividendos.

Notas Explicativas

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Efeito em transações de capital

Nessa rubrica são reconhecidas as mudanças na participação relativa da controladora sobre controladas que não resultam em perda de controle, ou seja, transações de capital (transações com sócios, na qualidade de proprietários), conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

d) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada as reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para fins de aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.

(ii) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros representa o lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios. Conforme estatuto estes valores aguardam deliberação em Assembleia para sua destinação.

e) Dividendos

O Estatuto confere dividendos mínimos de 25% do lucro líquido, acrescido da parcela decorrente da reserva de reavaliação e deduzido da apropriação exigida em lei referente a reserva legal.

A contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, a Sociedade não destinou dividendos no período de três meses findo em 31 de março de 2013, sendo que a destinação ocorrerá somente na data do encerramento do exercício social a que se referem as demonstrações financeiras.

f) Lucro por ação

Lucro básico por ação:

Com base na IAS 33 (equivalente ao CPC 41), a Sociedade deve calcular o valor do resultado básico por ação para o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da Sociedade e, se apresentado, o lucro ou prejuízo resultante das operações continuadas atribuível a esses titulares de ações ordinárias.

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes no fim do período, excluindo as ações adquiridas pela Sociedade e mantidas como ações em tesouraria, se houver.

Notas Explicativas

Com base no aumento de capital ocorrido em março de 2013 (aumento de capital no montante de R\$28.092, correspondente a 49.279 ações ordinárias) houve uma variação na média ponderada da quantidade de ações em circulação, sendo a média ponderada utilizada no cálculo do resultado por ação efetuada como segue:

Quantidade ponderada de ações ordinárias - 31/03/2013

$$\begin{array}{rclcl} 01/01/2013 \text{ a } 31/03/2013 & 23/03/2013 \text{ a } 31/03/2013 & & & \text{Média ponderada} \\ 1.742.388 \times 3/3 & + & 49.279 \times 0,23/3 & = & 1.746.166 \end{array}$$

Quantidade ponderada de ações ordinárias - 31/03/2012

$$\begin{array}{rcl} 01/01/2012 \text{ a } 31/03/2012 & & \text{Média ponderada} \\ 1.222.430 \times 3/3 & = & 1.222.430 \end{array}$$

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Sociedade	29.202	11.352
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	1.746	1.222
Efeito decorrente de "split" das ações (*)	<u>57.618</u>	<u>40.326</u>
Total de média ponderada após considerar "Split" das ações	<u>59.364</u>	<u>41.548</u>
Lucro básico por ação ordinária	<u>0,49</u>	<u>0,27</u>

(*) Conforme descrito na nota de eventos subsequentes houve o desmembramento das ações da Companhia e conforme o CPC 41 parágrafo 64 é requerida a divulgação do lucro por ação já considerando o novo número de ações.

Lucro diluído por ação:

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Sociedade tem apenas instrumento com efeito diluidor, sendo ele o direito que a RBS possui de realizar a troca de ações das empresas HSM por ações da GAEC. Para essas opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o valor justo da Sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculada conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	BR GAAP		IFRS e BR GAAP	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Lucro atribuível aos acionistas da Sociedade	29.202	11.355	29.202	14.726
Lucro usado para determinar o lucro diluído por ação	29.202	11.355	29.202	14.726
Quantidade média ponderada de ações emitidas	1.746	1.222	1.746	1.222
Efeito decorrente de "split" das ações	57.618	40.326	57.618	40.326
Total de média ponderada após considerar "Split" das ações	<u>59.364</u>	<u>41.548</u>	<u>59.364</u>	<u>41.548</u>
Média ponderada do número de ações (em milhares) - diluído (i)	4	-	-	-
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação - milhares	<u>59.368</u>	<u>41.548</u>	<u>59.364</u>	<u>41.548</u>
Lucro diluído por ação (*)	<u>0,49</u>	<u>0,27</u>	<u>0,49</u>	<u>0,35</u>

(*) O lucro básico por ação consolidado é igual ao lucro diluído por ação no consolidado por não ter efeito dilutivo.

- (i) Refere-se ao efeito dilutivo potencial das ações para o período de três meses findo em 31 de março de 2013. Não existe efeito potencialmente dilutivo das ações para o período findo em 31 de março de 2012.

O efeito antidilutivo pode variar no futuro em função de alterações no valor justo das Sociedades.

24. PARTICIPAÇÕES NÃO CONTROLADORAS

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2013	31/12/2012
Saldo Inicial	-	6.686
Ágio na aquisição de participação não controladores	-	(6.686)
Participações não controladoras adicionais decorrentes da aquisição da BR Educação e suas controladas	36.184	-
Obrigações a pagar decorrentes da aquisição da BR Educação conforme nota explicativa n° 12.	(*) (40.000)	-
Saldo final	<u>(3.816)</u>	<u>-</u>

- (*) Conforme IAS 32: "Um contrato que prevê a obrigação de uma entidade de comprar seus próprios instrumentos patrimoniais em troca de dinheiro ou outro ativo financeiro dá origem a um passivo financeiro pelo valor presente da quantia (por exemplo, para o valor presente do preço de recompra para a frente, a opção preço de exercício ou outra quantia). Este é o caso, mesmo que o próprio contrato é um instrumento patrimonial. Um exemplo é a obrigação de uma entidade segundo um contrato forward para comprar os seus próprios instrumentos de capital em dinheiro. O passivo financeiro é reconhecido inicialmente pelo

Notas Explicativas

valor presente do valor de resgate, e é reclassificada do patrimônio líquido. Posteriormente, o passivo financeiro é mensurado de acordo com o IAS 39. Se o contrato expirar sem entrega, o valor contábil do passivo financeiro é reclassificado para o patrimônio líquido. A obrigação contratual de uma entidade de comprar seus próprios instrumentos de capital próprio dá origem a um passivo financeiro pelo valor presente da quantia de remição mesmo que a obrigação de compra é condicionada à contraparte exercer o direito de remir (por exemplo, uma opção de compra subscrita que proporcione à contraparte o direito de vender os instrumentos de capital próprio de uma entidade à entidade por um preço fixo).”

25. PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS - PROUNI

O Programa tem como foco a concessão de bolsas de estudos a estudantes, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até três salários-mínimos, de cursos de graduação e sequenciais de formação específica.

Assim, mediante a assinatura do termo de adesão e em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e no Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005, as controladas MGE, IMEC e Unimonte passaram a oferecer bolsas integrais e parciais de acordo com os critérios de seleção estabelecidos pela legislação do PROUNI, beneficiando-se das isenções fiscais do imposto de renda, contribuição social, COFINS e PIS, conforme artigo 8º da Lei nº. 11.096/2005, citada acima. Esta isenção refere-se somente ao lucro e receita decorrente da realização de atividades de ensino superior, proveniente de cursos de graduação. Esta isenção é renovada semestralmente através da assinatura digital de termo de adesão junto ao MEC.

O número de bolsas oferecidas para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2013 e 2012 está de acordo com as regras do PROUNI relacionadas ao mínimo de alunos por vaga, conforme determinado pela Lei nº 10.891, de julho de 2004.

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2013 e 2012, os valores de descontos do PROUNI registrados na rubrica “Descontos em mensalidades” foram de R\$10.571 e R\$6.851, respectivamente.

26. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS PRESTADOS

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do período:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>(BR GAAP)</u>		<u>(IFRS e BRGAAP)</u>	
	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Receita bruta de serviços prestados	565	3.910	130.693	97.852
Descontos em mensalidades	-	-	(24.053)	(17.679)
Impostos sobre faturamento (a)	<u>(44)</u>	<u>(557)</u>	<u>(2.300)</u>	<u>(1.677)</u>
Receita líquida	<u>521</u>	<u>3.353</u>	<u>104.340</u>	<u>78.496</u>

(a) Refere-se aos impostos Pis, Cofins, ISS e INSS incidentes sobre faturamento.

Notas Explicativas

Os descontos em mensalidade são compostos principalmente por descontos concedidos pelas controladas MGE, IMEC e Unimonte, conforme abaixo demonstrado:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2013	31/03/2012
Prouni	(10.571)	(6.851)
Concedidos pela Instituição	(6.763)	(5.278)
Bolsas	(322)	(348)
Convênios com Empresas	(1.039)	(1.033)
Pós-graduação	(1.428)	(849)
Devolução	(1.456)	(1.065)
Outros	(2.474)	(2.255)
Total	<u>(24.053)</u>	<u>(17.679)</u>

27. RECEITAS E (DESPESAS) POR NATUREZA

	Controladora (BR GAAP)	
	31/03/2013	31/03/2012
Propaganda e publicidade	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 7)	-	-
Impostos e taxas	(30)	(25)
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis (nota explicativa nº 22)	23	(126)
Outras receitas operacionais	183	41
Receitas com aluguel de salas e lojas	-	-
Venda de ativo imobilizado	-	-
Ganho (perda) com investimento	-	-
Despesas com pessoal	(497)	(1.927)
Despesas com serviços de terceiros	(7)	(659)
Despesas com aluguel e ocupação	1	(182)
Despesas com depreciação (nota explicativa nº 13)	(70)	(43)
Despesas com amortização (nota explicativa nº 14)	(113)	(85)
Manutenção	(180)	(95)
Deslocamentos	(313)	(173)
Outras despesas	(220)	(85)
Total	<u>(1.223)</u>	<u>(3.365)</u>
Classificadas como:		
Custo	(503)	(2.860)
Despesas comerciais	-	-
Despesas gerais e administrativas	(713)	(354)
Outras (despesas) receitas operacionais	(7)	(151)

Notas Explicativas

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2013	31/03/2012
Propaganda e publicidade	(799)	(979)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 7)	(3.279)	(4.132)
Impostos e taxas	(901)	(364)
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis (nota explicativa nº 22)	(4.687)	(5.056)
Outras receitas operacionais	62	111
Receitas com aluguel de salas e lojas	1.333	553
Venda de ativo imobilizado	-	-
Ganho (perda) com investimento	-	-
Despesas com pessoal	(39.648)	(30.287)
Despesas com serviços de terceiros	(5.842)	(4.727)
Despesas com aluguel e ocupação	(6.749)	(6.772)
Despesas com depreciação (nota explicativa nº 13)	(2.041)	(1.755)
Despesas com amortização (nota explicativa nº 14)	(506)	(218)
Manutenção	(824)	(987)
Deslocamentos	(362)	(291)
Outras despesas	(5.507)	(2.910)
Total	<u>(69.750)</u>	<u>(57.814)</u>
Classificadas como:		
Custo	(44.390)	(37.631)
Despesas comerciais	(4.078)	(5.111)
Despesas gerais e administrativas	(17.089)	(10.315)
Outras (despesas) receitas operacionais	(4.193)	(4.757)

O montante registrado em serviços de terceiros refere-se substancialmente a: consultoria, tecnologia da informação, segurança patrimonial e mão de obra terceirizada.

O montante registrado em despesas com pessoal inclui salários e encargos previdenciários.

Os valores de materiais, energia, serviços de terceiros e outros, conforme apresentado na Demonstração do Valor Adicionado, estão acima apresentados nas contas: serviços de terceiros, manutenção, deslocamentos e outras.

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

De acordo com a IFRS 8 e CPC 22, a Sociedade, para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2013 e 2012, definiu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas. A Sociedade analisa e avalia os segmentos operacionais até a linha de lucro bruto, onde é possível analisar a contribuição de cada segmento de maneira direta e suficiente para a tomada de decisão. A alocação de ativos e despesas através de rateio entre os segmentos operacionais, na avaliação da Sociedade, não traz benefício adicional na análise e gerenciamento do negócio e por esse motivo é desconsiderada. Não são analisados relatórios sobre valores patrimoniais por segmento.

A Administração da Sociedade optou por organizar o Grupo com base no único segmento de serviço prestado como segue:

- (a) Ensino Superior - Atividade atrelada às empresas MGE, IMEC, UNA e Unimonte, que atuam na prestação de serviços educacionais ofertando cursos de ensino superior e de aperfeiçoamento profissional incluindo cursos de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado e extensão.

A parcela não alocada está relacionada, majoritariamente, às atividades administrativas do grupo, realizadas pela GAEC.

Notas Explicativas

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/03/2013	31/03/2013	31/03/2013
	Ensino Superior	Parcela não alocada	Total
RECEITA LÍQUIDA	104.340	(0)	104.340
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(44.390)	0	(44.390)
(PREJUÍZO) LUCRO BRUTO	59.951	(0)	59.951
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Comerciais	(4.078)	0	(4.078)
Gerais e administrativas	(15.651)	(222)	(15.873)
Resultado de equivalência patrimonial	0	0	0
Corporativo	0	(1.267)	(1.267)
Outras (despesas) receitas operacionais	(3.914)	(229)	(4.143)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	36.308	(1.718)	34.590
Resultado financeiro	(3.559)	(900)	(4.459)
Resultado financeiro corporativo	0	(972)	(972)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS	32.749	(3.590)	29.159
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	41	2	43
LUCRO OU PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	32.790	(3.588)	29.202

Notas Explicativas

Consolidado (IFRS e BR GAAP) 31/03/2012			
	Ensino Superior	Parcela não alocada	Total
RECEITA LÍQUIDA	78.476	0	78.476
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(37.631)	0	(37.631)
(PREJUÍZO) LUCRO BRUTO	40.845	0	40.845
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Comerciais	(5.111)	0	(5.111)
Gerais e administrativas	(7.011)	(90)	(7.101)
Resultado de equivalência patrimonial	0	0	0
Corporativo	0	(3.898)	(3.898)
Outras (despesas) receitas operacionais	(3.993)	(58)	(4.050)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	24.730	(4.046)	20.682
Resultado financeiro	(2.972)	(547)	(3.518)
Resultado financeiro corporativo		(2.465)	(2.464)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS	21.758	(7.058)	14.700
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	24	2	26
LUCRO OU PREJUÍZO ANTES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	21.782	(7.056)	14.726
Participação dos acionistas não controladores	(3.415)	41	(3.374)
LUCRO OU PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	18.367	(7.015)	11.352

As vendas entre no segmento de ensino superior foi realizada somente entre partes independentes e foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada nas demonstrações do resultado.

Notas Explicativas

29. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Receitas financeiras:				
Receita com juros de mensalidades	-	-	1.134	1.029
Receita com aplicações financeiras	32	16	637	30
Receita com juros FUNDER	-	-	96	112
Juros diversos recebidos	-	-	5	4
Receita com mútuos	-	29	-	9
Correção monetária	9	18	(516)	173
Total das receitas financeiras	41	63	1.356	1.357
Despesas financeiras:				
Despesa de juros com empréstimos	(890)	(2.298)	(2.005)	(3.839)
IOF	(435)	(32)	(1.295)	(294)
Despesa bancária	(60)	(43)	(1.144)	(274)
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	(355)	(131)	(1.234)	(646)
Despesa de juros com tributos	-	(1)	(604)	(1.545)
Descontos financeiros concedidos a alunos	-	-	(356)	(667)
Juros de financiamento Pravalier	-	-	(118)	-
Outros	(1)	(2)	(31)	(74)
Total das despesas financeiras	(1.741)	(2.507)	(6.787)	(7.339)
Resultado financeiro, líquido	(1.700)	(2.444)	(5.431)	(5.982)

30. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Remuneração variável - O programa Compostella, criado em 2008, com objetivo de oferecer a oportunidade de participação em um processo de remuneração variável, abrange a liderança da Sociedade e de suas controladas MGE, IMEC e Unimonte. O Compostella consiste no pagamento de até um salário adicional, semestralmente, desde que a instituição realize suas metas globais e cada gestor realize sua meta individual. No período de três meses findo em 31 de março de 2013, as condições de atingimento das metas não estavam cumpridas para o registro da provisão.

Benefício alimentação - A Sociedade e suas controladas oferecem duas opções a seus colaboradores: cartão refeição ou cartão alimentação, à exceção da Unimonte, que oferece apenas a opção de alimentação aos colaboradores. Para o período de três meses findo em 31 de março de 2013 foram gastos com esse benefício R\$ 1.040 (R\$ 1.057 em 31 de março de 2012).

Plano de saúde e odontológico - A Sociedade e suas controladas MGE, IMEC e Unimonte oferecem plano de saúde e odontológico aos colaboradores, conforme critérios definidos em sua política. O plano adotado, oferecido por empresa especializada contratada, possui o regime de coparticipação, onde o colaborador contribui com uma parcela fixa para a utilização dos procedimentos médicos cobertos pelo contrato. A responsabilidade da Sociedade e suas controladas se limita ao pagamento das obrigações mensais de acordo com o contrato de prestação de serviço com a operadora de saúde que no período de três meses findo em 31 de março de 2013 foi de R\$249 (R\$ 435 em 31 de março de 2012).

Notas Explicativas

Bolsa de estudo - A Sociedade e suas controladas oferecem a todos os colaboradores bolsas que variam de 70% a 90% de acordo com a faixa salarial, em todos os cursos de graduação tecnológica e bacharelados da MGE, IMEC ou Unimonte. Essas bolsas podem chegar a 100% dependendo do rendimento escolar e podem ser endossadas para um dependente legal. Os conjuges e filhos podem usufruir de uma bolsa de 50% e a Comunidade Ânima (demais familiares dos colaboradores), tem bolsa de 30%. Os colaboradores graduados também recebem bolsa de 50% nos cursos de pós-graduação. Para o período de três meses findo em 31 de março de 2013, foram disponibilizados R\$1.467 referente à bolsa de estudo aos colaboradores e seus dependentes (R\$1.280 em 31 de março de 2012).

31. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

No decorrer de suas operações, direitos e obrigações foram contraídos entre a Sociedade e suas partes relacionadas, oriundos de operações de compra de serviços e operações de contratos de mútuo. As condições comerciais e financeiras são estabelecidas de comum acordo entre a Sociedade e as partes relacionadas, as quais poderiam ser diferentes caso fossem realizadas com partes não relacionadas.

Em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 e nos exercícios findos naquelas datas, a Sociedade apresentou os seguintes saldos e manteve as seguintes transações com partes relacionadas:

Controladora (BR GAAP)						
31/03/2013						
Ativo		Passivo	Resultado			
Cientes	Mútuos	Mútuos	Receitas	Outras despesas operacionais	Receitas financeiras	
MGE	1.347	-	-	420	-	-
IMEC (a)	1.065	-	46.243	-	-	-
Unimonte	339	-	-	145	-	-
Virtual Case	-	78	-	-	-	-
Outros	64	55	-	-	-	-
Total	<u>2.815</u>	<u>133</u>	<u>46.243</u>	<u>565</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Controladora (BR GAAP)						
31/12/2012						
Ativo		Passivo	Resultado			
Cientes	Mútuos	Mútuos	Receitas (i)	Outras despesas operacionais	Receitas financeiras	
MGE	922	-	-	11.920	-	574
IMEC (a)	-	-	44.768	-	6.991	-
Unimonte	333	-	-	4.123	-	13
RNE	-	-	-	8	-	4
VC Network	-	-	-	8	-	-
Virtual Case	-	78	-	13	-	-
UNA Gestão Patrimonial	-	-	-	13	-	-
Outros	-	55	-	-	-	-

Notas Explicativas

Total	<u>1.255</u>	<u>133</u>	<u>44.768</u>	<u>16.085</u>	<u>6.991</u>	<u>591</u>
-------	--------------	------------	---------------	---------------	--------------	------------

- (i) Refere-se principalmente a cobrança decorrente dos serviços administrativos compartilhados para as controladas.

Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
31/03/2013			
Ativo	Passivo	Resultado	
Mútuos	Mútuos	Receitas financeiras	
Virtual Case	78	-	-
Sócios e diretores (b)	-	2.954	-
Outros	<u>55</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>133</u>	<u>2.954</u>	<u>-</u>

Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
31/12/2012			
Ativo	Passivo	Resultado	
Mútuos	Mútuos	Receitas financeiras	
Virtual Case	78	-	-
Sócios e diretores (b)	-	2.794	17
Outros	<u>55</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>133</u>	<u>2.794</u>	<u>17</u>

Os saldos de mútuos decorrem dos repasses de recursos entre empresas do Grupo, para suprir necessidades de caixa ou pagamento de despesas, por prazo indeterminado.

- (a) Refere-se a mútuos contraídos junto à controlada IMEC sem a incidência de juros e prazo de vencimento;
- (b) Valores a pagar a sócios e diretores, decorrente principalmente de pagamento realizado pelos sócios de avalistas de operações da empresa RNE.

31.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores e conselheiros da Sociedade e a remuneração recebida durante o período de três meses findo em 31 de março de 2013 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é a seguinte:

	Controladora (BR GAAP)	
	31/03/2013	31/12/2012
Benefícios de curto prazo	597	2.003

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2013	31/12/2012
Benefícios de curto prazo	1.587	4.451

Notas Explicativas

A remuneração da Administração e dos principais executivos é determinada considerando o desempenho dos indivíduos e as tendências de mercado.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão do risco de capital - A Sociedade e suas controladas administram seu capital, para assegurar que estas empresas e ela própria possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Sociedade e de suas controladas é formada pelo endividamento líquido (dívida detalhada na nota explicativa nº 16, deduzidas pelo caixa e equivalentes de caixa, detalhados na nota explicativa nº 6 e pelo seu patrimônio líquido).

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Sociedade e de suas controladas. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento.

A Sociedade e suas controladas não estão sujeitas a nenhum requerimento externo sobre a sua dívida.

A seguir, estão demonstrados os índices de alavancagem financeira:

	Notas explicativas	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
		31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Dívida (a)	16	28.304	5.461	129.641	59.580
Caixa e equivalentes de caixa	6	(2.170)	(123)	(22.392)	(5.470)
Aplicações financeiras	6	(10.054)	-	(50.860)	-
Dívida líquida		<u>16.080</u>	<u>5.338</u>	<u>56.389</u>	<u>54.110</u>
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) (b)	23	<u>75.651</u>	<u>18.357</u>	<u>71.835</u>	<u>18.357</u>
Índice de alavancagem financeira		21,26%	29,08%	78,50%	294,76%

(a) A dívida é definida como empréstimos bancários circulantes e não circulantes.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Sociedade, gerenciados como capital.

32.1 Categoria de instrumentos financeiros:

Nas operações que envolvem os instrumentos financeiros, foram identificados que os empréstimos e financiamentos e títulos a pagar possuem diferenças entre os valores contábeis e os seus valores justos, devido a tais empréstimos e financiamentos possuírem prazos alongados para a sua liquidação.

Os valores justos dos empréstimos e financiamentos foram calculados projetando-se os fluxos futuros dos empréstimos e financiamentos utilizando as taxas de juros adquiridas em cada um dos contratos (nota explicativa nº 16), posteriormente trazemos estes valores a valor presente utilizando as taxas médias das captações ocorridas no final de cada período, que estão em conformidade com as taxas utilizadas pelo mercado em cada uma das datas e modalidade de

Notas Explicativas

captação. A taxa de desconto utilizada no período de três meses findo em 31 de março de 2013 foi de 9,34% (9,74% em 31 de dezembro de 2012).

Os saldos das rubricas “contas a receber” e “fornecedores” possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Sociedade.

Os valores justos estimados são como seguem:

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)			
		31/03/2013		31/12/2012	
		Valor justo	Valor de registro	Valor justo	Valor de registro
<u>Passivos financeiros</u>					
Empréstimos e financiamentos (i)	16	27.350	28.304	5.260	5.461
Títulos a pagar (ii)	21	70.236	69.495	27.883	27.332

	Nota explicativa	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
		31/03/2013		31/12/2012	
		Valor justo	Valor de registro	Valor justo	Valor de registro
<u>Passivos financeiros</u>					
Empréstimos e financiamentos	16				
(i)		126.509	129.641	56.911	59.580
Títulos a pagar (ii)	21	87.889	87.665	27.883	27.332

(i) Calculados por meio de fluxo de caixa descontado com base nas parcelas a vencer.

(ii) Foram calculados sobre os saldos corrigidos pela taxa de desconto projetada de 11,2% a.a.

A Administração da Sociedade e suas controladas entendem que os demais ativos e passivos financeiros, tais como, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, créditos e débitos com partes relacionadas e fornecedores, os quais são reconhecidos nas informações financeiras intermediárias pelos valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos seus respectivos valores de mercado.

A Sociedade e suas controladas não têm a prática de operar com derivativos ou quaisquer outros ativos que apresentem características especulativas. No período de três meses findo em 31 de março de 2013 e exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Sociedade e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros não contabilizados, bem como não possuíam instrumentos financeiros derivativos.

Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial e/ou divulgadas

Adicionalmente, em observância às normas internacionais de relatório financeiro e práticas contábeis adotadas no Brasil, a Sociedade classifica a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros em três níveis de hierarquia conforme mencionado abaixo. Esta classificação é feita para instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, bem como para aqueles cuja divulgação do respectivo valor justo é efetuada nas demonstrações financeiras.

(a) Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Notas Explicativas

- (b) Nível 2: Outras informações de preços negociados em mercados ativos, exceto aquelas do Nível 1 que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços) ou indiretamente (como derivados dos preços); e
- (c) Nível 3: Inserções aos ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis pelo mercado (inserções não observáveis).

Os valores justos estimados são como seguem:

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	31/03/2013				31/03/2013			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3 (*)	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Passivos financeiros								
Empréstimos financiamentos	-	-	(27.350)	(27.350)	-	-	(126.509)	(126.509)
Títulos a pagar	-	-	(69.495)	(69.495)	-	-	(40.999)	(40.999)
Total	-	-	(96.845)	(96.845)	-	-	(167.508)	(167.508)

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	31/12/2012				31/12/2012			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Passivos financeiros								
Empréstimos financiamentos	-	-	(5.260)	(5.260)	-	-	(56.911)	(56.911)
Títulos a pagar	-	-	(12.449)	(12.449)	-	-	(27.883)	(27.883)
Total	-	-	(17.709)	(17.709)	-	-	(84.794)	(84.794)

(*) O valor classificado no nível 3 inclui a opção de venda descrita na nota explicativa nº12.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos baseia-se nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Para o período de três meses findo em 31 de março de 2013 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Sociedade não possuía instrumentos financeiros classificados no nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado em que estão disponíveis e baseiam-se o menos possível nas estimativas específicas da Sociedade. Se todas as informações relevantes exigidas do valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento financeiro estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3. Para o período de três meses findo em 31 de

Notas Explicativas

março de 2013 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Sociedade adotou o nível 3 para os empréstimos e financiamentos e títulos a pagar.

Gerenciamento de riscos financeiros - No curso normal das suas operações, a Sociedade e suas controladas estão expostas aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros:

- (a) Risco de mercado: é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilem devido às variações nas taxas de juros e índices de correção. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado com o objetivo de garantir que a Sociedade e suas controladas estejam expostas somente a níveis considerados aceitáveis de risco no contexto de suas operações.
- (i) Risco de câmbio - A Sociedade e suas controladas não possuem ativos e passivos indexados à moeda estrangeira.
- (ii) Risco de juros - A Sociedade possui empréstimos e financiamentos contratados em moeda nacional e subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores (principalmente CDI). O risco relacionado a esses passivos resulta da possibilidade de existirem mudanças nas taxas de juros.

A Sociedade não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra este tipo de risco, contudo, monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

As taxas de juros contratadas no passivo circulante e passivo não circulante podem ser demonstradas conforme a seguir:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2013	31/12/2012
Empréstimos e financiamentos:		
Certificado de Depósito Bancário - CDI	124.041	58.477
Outros (*)	5.600	1.103
Títulos a pagar:		
Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM	55.298	-
Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC	22.204	27.332
Certificado de Depósito Interbancário - CDI	10.000	-
Outros	2.261	-
Total	<u>219.404</u>	<u>86.912</u>

(*) Empréstimos e financiamentos lastreados pela TJLP e SELIC.

- (b) Risco de liquidez: é o risco de escassez de recursos para liquidar suas obrigações. O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado com o objetivo de garantir que a Sociedade e suas controladas possuam os recursos necessários para liquidar seus passivos financeiros nas datas de vencimento.

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do

Notas Explicativas

monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra os passivos financeiros não derivativos da Sociedade, que são mensurados pelo método do custo amortizado, e os prazos de amortização contratuais correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até o prazo de vencimento contratual.

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	
Em 31 de março de 2013:				
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 16)	13.600	25.719	116.431	155.750
Fornecedores (nota explicativa nº 15)	13.123	-	-	13.123
Títulos a pagar (nota explicativa nº 21)	19.129	5.049	63.487	87.665
Em 31 de dezembro de 2012:				
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 16)	12.473	16.647	33.511	62.631
Fornecedores (nota explicativa nº 15)	8.596	-	-	8.596
Títulos a pagar (nota explicativa nº 21)	12.407	4.092	10.833	27.332

Os valores demonstrados acima referentes às garantias contratuais são o máximo que o Grupo pode ser obrigado a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, se o valor total garantido for cobrado pela contraparte. No final do período de relatório, o Grupo considera que é mais provável do que não que qualquer valor seja pago nos termos desse acordo. Entretanto, essa previsão está sujeita à mudança, dependendo da probabilidade de a contraparte cobrar a garantia, que decorre da probabilidade de os recebíveis financeiros detidos pela contraparte e garantidos virem a sofrer perdas de crédito.

- (c) Risco de crédito - É avaliado em bases históricas pela Administração, estando sujeito a oscilações de mercado e da economia nacional e local. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando o Grupo a incorrer em perdas financeiras. Portanto, o Grupo pautou suas políticas comerciais aos níveis de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios limitados às regras do Governo Federal (Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

A Sociedade restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras efetuando seus investimentos com instituições financeiras de primeira linha, considerando o rating das agências Fitch Rating, e de acordo com limites previamente estabelecidos.

Notas Explicativas

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito nas datas das demonstrações financeiras foi:

	Notas explicat ivas	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.170	123	22.392	5.470
Aplicações financeiras	6	10.054	-	50.860	-
Contas a receber	7	3.006	1.405	64.556	47.776
Créditos com partes relacionadas	31	<u>133</u>	<u>133</u>	<u>133</u>	<u>133</u>
Total		<u>15.363</u>	<u>1.661</u>	<u>137.942</u>	<u>53.379</u>

32.2 Qualidade do crédito dos ativos financeiros:

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referencia às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Contas a receber de clientes				
Contrapartes sem classificação externa de crédito	<u>3.006</u>	<u>1.405</u>	<u>64.556</u>	<u>47.776</u>
	<u>3.006</u>	<u>1.405</u>	<u>64.556</u>	<u>47.776</u>
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo (i)				
AAA	<u>10</u>	<u>5</u>	<u>1.103</u>	<u>837</u>
	<u>10</u>	<u>5</u>	<u>1.103</u>	<u>837</u>

(i) “Rating” atribuído pela agência de classificação de risco Fitch Ratings.

O saldo residual da rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” do balanço patrimonial é dinheiro em caixa.

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Aplicações financeiras (ii)				
AAA	<u>12.212</u>	<u>116</u>	<u>71.852</u>	<u>4.514</u>
	<u>12.212</u>	<u>116</u>	<u>71.852</u>	<u>4.514</u>

(ii) “Rating” atribuído pela agência de classificação de risco Fitch Ratings.

33. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A Sociedade apresenta abaixo as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM nº 475/08 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Sociedade adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

Notas Explicativas

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Sociedade, que são os mesmos divulgados na nota explicativa nº 32;
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Sociedade, e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I);
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente);
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Sociedade.

Segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que podem gerar prejuízos materiais à Sociedade e suas controladas, demonstradas em cenário provável, considerando os indexadores mencionados nos quadros e um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, a fim de apresentar 25% e 50% na variação do risco considerada respectivamente.

Para efetuar a análise de sensibilidade, foram utilizados como premissa os indicadores macroeconômicos vigentes no encerramento do período.

Controladora (BR GAAP)							
31/03/2013							
Indexador	Taxa (%)	Risco	Valor	Efeito no resultado			
				Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)	
Aplicações financeiras	CDI	8,22%	Alta do CDI	12.212	1.004	1.255	1.506
Empréstimos e financiamentos	CDI	8,22%	Alta do CDI	(28.304)	(2.327)	(2.908)	(3.490)
Títulos a pagar	CDI	8,22%	Alta do CDI	(10.000)	(822)	(1.028)	(1.233)
Títulos a pagar	IGP-M/FGV	3,83%	Alta do IGP-M	(53.201)	(2.022)	(2.527)	(3.032)
Exposição líquida				(79.293)	(4.166)	(5.208)	(6.250)

Consolidado (IFRS e BR GAAP)							
31/03/2013							
Indexador	Taxa (%)	Risco	Valor	Efeito no resultado			
				Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)	
Aplicações financeiras	CDI	8,22%	Alta do CDI	71.852	5.906	7.383	8.859
Empréstimos e financiamentos	CDI	8,22%	Alta do CDI	(124.041)	(10.196)	(12.745)	(15.294)
Títulos a pagar	CDI	8,22%	Alta do CDI	(10.000)	(822)	(1.028)	(1.233)
Títulos a pagar	INPC	6,22%	Alta do INPC	(22.204)	(1.381)	(1.726)	(2.072)
Títulos a pagar	IGP-M/FGV	3,83%	Alta do IGP-M	(55.299)	(2.101)	(2.627)	(3.152)
Exposição líquida				(139.692)	(8.594)	(10.743)	(12.892)

A Sociedade e suas controladas adotaram como critério, para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, o efeito de juros a incorrer nos próximos 12 meses.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Sociedade e de suas controladas.

Notas Explicativas

As taxas utilizadas nas projeções descritas acima foram extraídas das seguintes fontes externas independentes:

CDI - Taxa DI Pré Over obtida no site www.cetip.com.br;

INPC / IGP-M - Taxas obtidas no site do Banco Central do Brasil www.bcb.gov.br

34. COBERTURA DE SEGUROS

É política da Sociedade e de suas controladas manter cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotados, devida a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de março de 2013, a Sociedade possuía apólices de seguro com indenização máxima prevista de R\$ 22.190, (R\$ 22.165 em 31 de dezembro de 2012), em que estão cobertos, entre outros, incêndios, alagamentos, acidentes de trabalho, danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, roubos, queda de raios, explosões, vendaval, impacto de veículos e queda de aeronaves.

Todas as apólices de seguros foram contratadas em Sociedades de seguros do mercado brasileiro.

35. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(a) Caixa e equivalente de caixa

A composição de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas informações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 6.

(b) Transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa

Para a correta análise das demonstrações de fluxo de caixa para o período de três meses findo em 31 de março de 2013, é necessário que sejam avaliadas algumas transações ocorridas nas contas de ativo e passivo que não afetaram caixa, as quais estão descritas abaixo:

- (a) Em 4 de fevereiro de 2013 a Sociedade firmou contrato de compra e venda com os acionistas da empresa BR Educação Executiva S.A. (BR Educação) adquirindo 62.500.000 ações, representando 100% do seu capital social, pelo valor de R\$55.379. O valor de R\$28.092 foi integralizado mediante a conferência de 36.142.457 ações ordinárias de emissão da BR Educação, e R\$10.000 serão pagos em duas parcelas anuais e sucessivas a partir de fevereiro de 2014, corrigido monetariamente pela variação do CDI até a data do efetivo pagamento.
- (b) Em fevereiro de 2013 está registrado na rubrica “Investimentos” o valor de R\$40.000 relativo a obrigação contratual e o valor de R\$6.690 referente a prêmio de opção, caso exercida pelo outro acionista, da compra dos 50% das ações remanescentes nas controladas indiretas HSM Educação S.A. e HSM do Brasil S.A.

Notas Explicativas

- (c) Em fevereiro de 2013, a controlada MGE adquiriu o direito de manutenção do campus de Betim da UNIPAC - Fundação Antônio Carlos. O valor pago foi R\$2.091 e o restante será pago em 23 parcelas a ser quitado até fevereiro de 2015 no montante de R\$2.099.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Administração da Sociedade baseada em sua estratégia de mercado efetuou, em maio de 2013, reestruturação societária onde os imóveis pertencentes à controlada indireta UNA Gestão Patrimonial S.A. (“UNA”) e a controlada RNE Gestão Patrimonial S.A. (“RNE”), foram vertidos para os sócios da Sociedade. Posteriormente, houve permuta de imóveis entre as controladas Unimonte e RNE. A reestruturação está demonstrada em etapas, conforme abaixo:

- Etapa 1

Em Assembleia Geral Extraordinária, a controlada indireta UNA, efetuou cisão parcial de seus ativos e passivos através da Constituição de uma nova sociedade empresária, sob a denominação de Santa Antonieta Gestão Patrimonial Ltda. (“Santa Antonieta”). Os imóveis vertidos para esta nova empresa continuarão a ser utilizados pela controlada MGE, e o valor acordado pelo pagamento do aluguel nas mesmas condições pactuadas com a UNA continuará a ser de R\$ 204 mensais.

- Etapa 2

Em Assembleia Geral Extraordinária, a Sociedade decidiu reduzir seu capital em R\$47.490, sem cancelamento das ações. O valor foi quitado na proporção da participação de cada qual no capital social, através da entrega das ações das controladas RNE e Santa Antonieta. O patrimônio líquido entregue aos acionistas foi de R\$25.542 da Santa Antonieta e R\$21.948 da RNE.

- Etapa 3

Em 27 de junho de 2013, em Assembleia Geral Extraordinária, a Sociedade deliberou por fazer permuta, sem torna, entre alguns imóveis localizados na cidade de Santos, de propriedade da controlada Unimonte, no valor de R\$5.943, com imóveis da RNE no valor de R\$8.714 sendo a diferença contabilizada em conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido no valor líquido de R\$2.771, por tratar-se de transações com acionistas. Esta operação envolveu apenas a transferência de bens entre as empresas, não resultando ganho ou perda para ambas.

Com esta operação ocorreu a saída da empresa RNE do quadro societário da GAEC por meio da entrega de ações pela Sociedade e de créditos que esta possuía frente à controlada MGE, após compensados adiantamentos realizados em 2012 no montante de R\$13.157. Os bens registrados na rubrica “imóveis para a venda” (nota explicativa nº 9) foram baixados e não serão mais apresentados nas demonstrações financeiras anuais posteriores.

Entre abril de 2013 e junho de 2013 foram realizadas compras de ações de diversos sócios totalizando 5.886 ações ordinárias e ainda a dação de 1.015 ações ordinárias em liquidação de mutuo com os acionistas, no montante total de R\$ 1.281, a um custo médio unitário de R\$ 185,65. Assim, as ações em tesouraria passaram para R\$5.103, dividido em 24.461 ações ordinárias e sem valor nominal. Tais ações permaneceram em tesouraria sem direito a votos e recebimento de dividendos até 23 de agosto de 2013, quando foram alienadas conforme descrito na nota abaixo.

Notas Explicativas

Em 23 de agosto de 2013, a Sociedade alienou todas as 24.461 ações ordinárias mantidas em tesouraria, pelo valor total de R\$ 244,61, equivalente a R\$ 0,01 por ação, da seguinte forma: 13.901 ações ordinárias para o acionista Ricardo Cançado Gonçalves de Souza e 10.560 ações ordinárias ao acionista Ryon Cássio Braga, que passou a integrar o quadro acionário da Sociedade.

No mês de setembro de 2013 os acionistas controladores venderam a preços históricos e/ou doaram 1.579.322 ações diretamente à 2.200 colaboradores elegíveis de acordo com critérios previamente estabelecidos, para que os mesmos viessem a fazer parte do quadro de acionistas da Sociedade.

Em 20 de setembro de 2013 através da AGE foi aprovada o desmembramento da totalidade das ações ordinárias de emissão da Sociedade na proporção de 34 ações ordinárias para cada ação ordinária existente (razão de 1:34), sem modificação do capital social, como fim de reduzir o preço unitário das ações de emissão da Sociedade.

37. APROVAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria da Sociedade em 1 de outubro de 2013.

DIRETORIA

DANIEL FACCINI CASTANHO
Diretor Presidente

GABRIEL RALSTON CORREA RIBEIRO
Diretor Financeiro

RESPONSÁVEL TÉCNICO

MARY AFONSO MOUSINHO
Contadora
CRC/MG 088.391/O-8

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
GAEC Educação S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da GAEC Educação S.A. ("Sociedade"), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase**Elaboração das demonstrações financeiras individuais**

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da GAEC Educação S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. Reapresentação das demonstrações financeiras

Em 26 de agosto de 2013 emitimos relatório de revisão sobre as informações contábeis intermediárias da GAEC Educação S.A. referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa nº 2.6, essas informações contábeis intermediárias foram alteradas e estão sendo reapresentadas para considerar melhorias de divulgação descritas na referida nota explicativa. Nossa conclusão continua sem qualquer modificação.

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 1 de outubro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

José Ricardo Faria Gomez
Contador
CRC-1SP 218.398/O-1 T/MG